

CASAS SENHORIAIS E AS SUAS VIVÊNCIAS PORTUGAL, BRASIL & GOA

**ANA PESSOA - HELDER CARITA
ORGANIZAÇÃO**

CASAS SENHORIAIS

E AS SUAS VIVÊNCIAS

PORTUGAL, BRASIL & GOA

CASAS SENHORIAIS

E AS SUAS VIVÊNCIAS

PORTUGAL, BRASIL & GOA

Organização
Ana Pessoa
Helder Carita

Fundação  Casa de Rui Barbosa

Rio de Janeiro
2025

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura

Margareth Menezes

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Presidente

Alexandre Santini

Diretor Executivo

Ricardo Calmon

Diretor do Centro de Pesquisa

Marcelo Viana

Chefe do Setor de Pesquisa em Filologia, História e Direito

José Almino de Alencar

Chefe do Setor de Editoração

Benjamin Albagli Neto

Fotografia da capa

Nicolas Saphiera

Preparação de Texto

Piero Younan Kanaan | Tikinet

Projeto gráfico

Nicole de Abreu | Tikinet

Diagramação

Jonathan Leandro | Tikinet

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C335 Casas senhoriais e suas vivências [recurso eletrônico] : Portugal, Brasil & Goa / organização Ana Pessoa, Helder Carita — Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2025.
237 MB ; PDF (400p.)

ISBN 978-65-88295-45-8

1. Casa senhorial. I. Pessoa, Ana, org. II. Carita, Helder, org.

CDD 728.8

SUMÁRIO

Apresentação 09

PARTE I

Proprietários, mecenas e artistas. Vivências e rituais 13

António Xavier Trindade, pintor naturalista de Goa.

Um percurso de emancipação 13

Raquel H. da Silva

To the manor born: lives and times of the occupants of the manor
houses of Província do Norte 31

Fleur D'Souza

The Mango and the Tamarind Tree and the Catholic Goan kitchen47

Maria de Lourdes Bravo da Costa Rodrigues

De Colégio Jesuíta a Palácio do Governo: o papel dos engenheiros na
laicização do coração da cidade colonial – São Paulo & Vitória61

Nelson Pôrto Ribeiro

PARTE II

**Identificação das estruturas e dos programas distributivos e estudo
aprofundado de nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço..... 85**

A Casa do Raio em Braga..... 87

Domingos Tavares

Das Casas Nobres dos Viscondes de Coruche em Lisboa. Largo da
Academia Nacional de Belas Artes.....113

Teresa de Campos Coelho

Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara

Nos trópicos: casas senhoriais e a colonização portuguesa no Brasil175

Ana Pessoa

Ana Lucia V. dos Santos

Palácio Santana da Silva (Casa dos Sete Torreões. Século XVIII.
Goa, Margão, Índia)205
Hilda Frias

A galeria na casa senhorial portuguesa. O caso de estudo do palácio do
governador, na fortaleza de São João Batista, Ilha Terceira (Açores)229
Isabel Albergaria

“Balcão” and Goan manor houses: anatomy of a singular architectural
element 249
Joaquim Rodrigues dos Santos

Helder Carita

Vishvesh Kandolkar

Houses of dominance: an overview of the Portuguese manor houses
in the Province of the North (1521-1739)281
Mayur Thakare

Joaquim Rodrigues dos Santos

Circulação dos modelos arquitetónicos e outros entre o Oceano
Índico e o Oceano Atlântico nos séculos XVII a XIX 309
Rui Carita

PARTE III

**Estudo da ornamentação fixa – tetos, azulejaria, talha, pintura, estuques,
têxteis, pavimentos, chaminés, janelas e portas, mobiliário integrado327**

Janelas de guilhotina em carepas na arquitetura goesa329
Helder Carita

Janelas de guilhotina e à francesa na casa senhorial no Brasil359
José Pessôa

PARTE IV

O equipamento móvel em suas funções específicas 371

Móveis entre Índia e Brasil: transculturalidades acerca de maneiras
de se sentar373
Marize Malta

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea bilingue apresenta 15 artigos de especialistas portugueses, brasileiros e goeses participantes do *7th International Colloquium on Manor Houses Portugal, Brazil & Goa*, realizado de 13 a 16 de fevereiro de 2023. Tendo tido lugar em Goa na Fundação Oriente, este colóquio pretendeu alargar o espaço de estudo e de reflexão da Casa Senhorial às suas expressões no território de Goa e do chamado Estado da Índia que de Moçambique se prolongava até Macau. Este colóquio pode assim juntar investigadores goeses com portugueses e brasileiros num debate que, juntando memórias e patrimónios localizados entre Ásia, América e Europa, esta coletânea é o seu mais substancial testemunho. Caracterizando-se por proveniências disciplinares muito diversas cada um destes textos pretende assim constituir-se como um foco de luz em zonas de obscuridade abrindo novas perspectivas sobre uma realidade e uma história de vários séculos num espaço particularmente alargado.

O evento foi sediado pela Fundação Oriente, em Paijim, Goa, e inaugurado no dia 13, com apresentação de conferência pelo arquiteto Almerindo Ribeiro, abertura da exposição que apresentou aspectos do projeto *A Casa Senhorial em Portugal, Brasil e Goa*, seguida de coquetel. O seminário se desenvolveu nas manhãs dos dias 14, 15 e 16, com a apresentação de 17 comunicações, com as tardes reservadas para a visita técnica a monumentos e casas históricas.

A presente edição integra o conjunto de atividades desenvolvidas a partir do projeto *A Casa Senhorial em Portugal, Brasil e Goa: Anatomia dos Interiores*, promovido pela Universidade Nova de Lisboa e a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). O projeto tem caráter inovador ao propor que se avalie de forma integrada e multidisciplinar a organização espacial e a articulação do espaço interno, e a decoração dos espaços domésticos em contexto urbano e rural, seus equipamentos e objetos, e as práticas cotidianas das elites portuguesas e brasileiras, e suas mútuas influências.

De um ponto de vista metodológico o projeto está dividido em quatro linhas fundamentais de investigação: (I) Proprietários, mecenas e artistas. Vivências e rituais; (II) Identificação das estruturas e dos programas distributivos e estudo aprofundado de nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço; (III) Estudo da ornamentação fixa – tetos, azulejaria, talha, pintura, estuques, têxteis, pavimentos, chaminés, janelas e portas, mobiliário integrado; (IV) O equipamento móvel nas suas funções específicas.

Iniciado em 2011, o projeto concentrava seus estudos nas cidades de Lisboa e Rio de Janeiro, e foi paulatinamente incorporando outras cidades brasileiras, como Juiz de Fora, Pelotas, Belém e as cidades do vale do rio Paraíba fluminense, e se expandiu para novas frentes lusófonas, como Goa, o que trouxe nova dinâmica e interesse para o projeto. As pesquisas do projeto alimentam o site: acasasenhoria.org, que se desdobra em campos destinados a estudos de casas senhoriais, fontes documentais afins, casos de estudo, artigos, glossário e artistas.

A promoção de colóquios acadêmicos teve início em 2014, com o objetivo de reunir estudiosos de todo mundo para compartilhar e confrontar resultados de estudos acerca das casas de elites, desde o século XVII ao início do XX. Já foram realizados encontros em Lisboa (PT), Rio de Janeiro (BR), Porto (PT), Pelotas (BR), Fafe (PT), Belém (BR), e, em 2023, em Goa (Índia).

Os artigos estão organizados conforme os quatro eixos temáticos:

(I) Proprietários, mecenas e artistas. Vivências e rituais

1. Raquel Henriques da Silva – António Xavier Trindade, pintor naturalista de Goa. Um percurso de emancipação
2. Fleur D'Souza – To the manor born: lives and times of the occupants of the manor houses of the *Província do Norte*
3. Lourdes Bravo da Costa – *The Mango and the tamarind tree* and the Goan Catholic kitchen
4. Nelson Porto, Claudia Duarte, Renata Martins e Carla Oliveira – De Colégio jesuíta a Palácio do Governo: o papel dos engenheiros na laicização do coração da cidade colonial – São Paulo & Vitória

(II) Identificação das estruturas e dos programas distributivos e estudo aprofundado de nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço

5. Domingos Tavares – A Casa do Raio em Braga
6. Alexandra Gago da Camara e Teresa Costa Campos – Das casas nobres dos viscondes de Coruche em Lisboa. Largo da Academia Nacional de Belas Artes
7. Ana Pessoa e Ana Lucia Vieira Santos – Nos trópicos: casas senhoriais e a colonização portuguesa no Brasil
8. Hilda Frias – Palácio Santana da Silva (Casa dos Sete Torreões. Século XVIII. Goa, Margão, Índia)
9. Isabel Soares de Albergaria – A galeria na casa senhorial portuguesa. O caso de estudo do palácio do governador, na fortaleza de São João Batista, ilha Terceira (Açores)
10. Joaquim Rodrigues dos Santos, Vishvesh Kandolkar e Helder Carita – “Balcão” and Goan manor houses: Anatomy of a singular architectural element
11. Mayur Thakare e Joaquim Rodrigues dos Santos – Houses of Dominance: an overview on the Portuguese manor houses in the Province of the North (1521-1739)
12. Rui Carita – Circulação dos modelos arquitetónicos e outros entre o Oceano Índico e o Oceano Atlântico nos séculos XVII a XIX

(III) Estudo da ornamentação fixa – tetos, azulejaria, talha, pintura, estuques, têxteis, pavimentos, chaminés, janelas e portas, mobiliário integrado

13. Helder Carita – Janelas de guilhotinas em carepas na arquitetura goesa
14. José Belmont Pessoa – Janelas de guilhotina e à francesa na casa senhorial no Brasil

(IV) O equipamento móvel nas suas funções específicas

15. Marize Malta – Móveis entre Índia e Brasil: transculturalidades acerca de maneiras de se sentar

Ana Pessoa e Helder Carita

**DAS CASAS NOBRES DOS VISCONDES
DE CORUCHE EM LISBOA. LARGO DA
ACADEMIA NACIONAL DE BELAS ARTES**

Teresa de Campos Coelho¹

CHAM (Centro de Humanidades - Universidade Nova de Lisboa)
Comissão Histórica e de Património dos Carmelitas
Descalços de Portugal
teresacamposcoelho@gmail.com

Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara

Universidade Aberta
CHAIA (Centro de História de Arte da Universidade de Évora)
agagodacamara@sapo.pt

PARTE I

PALACETE PEREIRA DA COSTA. UMA CASA SENHORIAL PARA UMA NOVA ARISTOCRACIA, E DOIS FAMOSOS ARQUITECTOS

Teresa de Campos Coelho²

CHAM (Centro de Humanidades - Universidade Nova de Lisboa)
Comissão Histórica e de Património dos Carmelitas
Descalços de Portugal
teresacamposcoelho@gmail.com

APONTAMENTOS SOBRE A BIOGRAFIA DOS SEUS PROPRIETÁRIOS

O Palácio de S. Francisco, a riquíssima e talvez única biblioteca classica particular, que elle ali formou, com tanto cuidado e esmero, são as provas do modo como entendia, que a riqueza devia sempre ser produtiva a bem do próximo, até quando se despendia nas commodidades da existência.

José Ribeiro de Sá (1957), sobre Joaquim Pereira da Costa.

Situado no centro histórico de Lisboa, no largo da Academia Nacional de Belas Artes,³ este edifício (Figura 1) e o local onde está implantado viriam a revelar, de um modo por nós inesperado, dois notáveis momentos de contacto com a cultura de Goa, cidade onde se realiza este congresso, nomeadamente com Pangim onde nos encontramos. O primeiro, evocado na memória que persiste do espaço anterior a 1755 – no sítio onde hoje se ergue o palacete terá existido o palácio de Martim Afonso de Sousa (1500-1564), governador da Índia entre 1542 e 1545 (Proença 1924, 195),⁴ com o quem partiu S. Francisco Xavier (1506-1552) para Goa em 7 de Abril de 1541, e onde chegaria a 6 de Maio de 1542. O segundo momento diz respeito à intervenção de Luís Caetano Pedro d'Ávila (1832?-1904), arquitecto goês responsável por importantes projectos em Portugal (especialmente em Lisboa), nome que a historiografia portuguesa parece ter esquecido ao longo do século XX e cuja memória foi recentemente recuperada.⁵



Figura 1 – Palacete Pereira da Costa, Largo da Academia Nacional de Belas Artes.

O actual edifício resulta da grande transformação urbana operada neste local após o sismo de 1755. Depois do Convento de S. Francisco da Cidade (onde hoje se situam a Escola Superior de Belas Artes e a referida Academia de Belas Artes), o palacete Pereira da Costa é, indubitavelmente, o edifício mais icónico deste largo, por ser representativo da vivência social e do gosto de uma nova aristocracia oitocentista. E, também, por nele terem trabalhado dois dos arquitectos mais importantes desse período para a arquitectura da cidade, como era hábito encontrar nas encomendas dessa mesma aristocracia: Giuseppe Cinatti (1808-1879) e o citado Luís Caetano Pedro d'Ávila (1832-1904). Se o projecto de Cinatti foi já referenciado por vários historiadores, a intervenção de Pedro d'Ávila terá passado despercebida até termos iniciado a nossa investigação.

Ao edifício construído em finais do século XVIII por José Alves Viana (Silva 1997, 1:102) juntar-se-iam as alterações introduzidas no século XIX por Joaquim Pereira da Costa (1820-1857) naquela que era já uma propriedade da família, bem como as que foram empreendidas, posteriormente, pelo seu genro Caetano da Silva Luz (1842-1904), 1º visconde de Coruche (1876).

O historial e património desta família foram já sumariamente abordados por nós quando estudámos a Quinta Alegre (Figura 2), casa de veraneio que possuía na Ameixoeira, limite de Lisboa (Câmara e Coelho 2018).



Figura 2 – Quinta Alegre, Ameixoeira, Lisboa.

Terá sido na primeira metade do século XIX que a propriedade da rua de S. Francisco que deu origem ao palacete passou para a família, pela mão de José Bento de Araújo (? - 1844), *rico comerciante da praça de Lisboa*, como é frequentemente citado. Morrendo sem descendência, José Bento de Araújo determinaria no seu testamento (datado de 1833) que a maior parte da sua fortuna fosse para os dois sobrinhos, António e Joaquim Pereira da Costa, em especial para este último uma vez que sempre vivera e trabalhara junto do tio. As partilhas dariam origem a um processo entre irmãos que se arrastaria por alguns anos, como se documenta na *Exposição Offerecida ao Publico por Joaquim Pereira da Costa [...]* (Costa, 1853). na qual este pretendeu esclarecer vários aspectos legais relacionados com a herança, fornecendo-nos ainda importantes dados biográficos sobre o tio – ficámos a saber, através do testemunho de Fernando de Magalhães e Avelar (juiz de direito compadre e amigo do testador) nele contido que “[...] terminada a guerra da restauração em mil oitocentos e trinta e quatro, fizera então passar os importantes fundos que tinha em Inglaterra, para com a sua importancia se tornar grande proprietario neste paiz, e que d’então por diante comprara

muitos e importantes predios, taes como a propriedade de casas nobres na rua de S. Francisco desta cidade, as herdades e mais predios rusticos em Coruche [...]” (Costa, 1853, p. 15).⁶

Podemos deduzir por esse testemunho que só após 1834⁷ a propriedade (citada agora como *casas-nobres*) terá entrado na posse da família, tornando-se uma referência na vida social e cultural de Lisboa na segunda metade do século XIX.

Joaquim Pereira da Costa, que o tio destinara “a uma profissão e vida no comércio” (Costa, 1853, XV e XVI), herdaria a maior parte dos seus bens. Para além desta e de muitas outras propriedades citadas, Bento de Araújo deixava a este sobrinho e testador a casa da rua de S. Julião onde residia, bem como a já citada Quinta Alegre.⁸

Fidalgo da Casa Real e comendador da Ordem de Cristo, Joaquim Pereira da Costa ficaria conhecido pela sua actividade como presidente da direcção do Banco de Portugal. A esta juntou ainda a sua função como vice-presidente da Câmara de Lisboa, período em que a par da reformulação da sua residência terá contribuído, também, para a reformulação do local onde ela se situa, com a criação do largo fronteiro para o qual chegou mesmo a propor a colocação de uma estátua de Minerva (Leal, 1996, p. 557 e 734).⁹

Falecido em 1857, seria seu herdeiro o filho, também de nome Joaquim Pereira da Costa (1849-1876), feito nesse mesmo ano e ainda menino, 1º visconde de Pereira¹⁰ em reconhecimento dos serviços prestados pelo pai.

Falecido este também prematuramente, os seus bens passariam para a irmã, Maria da Assunção Pereira da Costa, casada desde 1860 com Caetano da Silva Luz (1842-1904), personalidade multifacetada que teria como principal actividade uma fulgurante carreira dedicada à Agronomia.¹¹ Sócio efectivo da *Real Associação de Agricultura*, da sua intensa actividade destaca-se, entre outros, a organização da *Exposição Portuguesa em Filadélfia* em 1876, em colaboração com Jaime Batalha Reis e Manuel José Ribeiro. Para além da sua colaboração com a Sociedade de Geografia, do trabalho científico que desenvolveu e da vasta bibliografia que deixou, era “dotado de grande espírito artístico, caricaturista de talento, trabalhando primorosamente em fotografia e esmaltes sobre porcelanas” (Ávila, 1906, *passim*; Zuquete, 1960, II, p. 542-543)¹² (Figuras. 3, 4 e 5).



Figura 3 – *Estudo do Natural* pelo Visconde de Coruche, aguarela (s/d), in *Elogio Fúnebre do Visconde de Coruche* (Ávila, 1906, XVIII).



Figura 4 – Caricaturas pelo Visconde de Coruche (s/d),
in *Elogio Fúnebre do Visconde de Coruche* (Ávila, 1906, XXXI).



Figura 5 – Cascaes – na Bocca do Inferno (Reprodução de cliché do Visconde de Coruche), in *Elogio Fúnebre do Visconde de Coruche* (Ávila, 1906, XVIII).

Feito 1º visconde de Coruche em 1876,¹³ ano da morte do cunhado, herdaria então com a sua mulher os bens da família de que faziam parte, entre outros, a Quinta Grande de Coruche (onde terá feito alguns ensaios no âmbito da Agronomia), a Quinta Alegre (que aparece já na cartografia de final do século XIX como sendo da sua posse) e as casas nobres da rua de S. Francisco que o seu sogro, Joaquim Pereira da Costa (1829-1857), transformara na principal morada da família, e nas quais viria a fazer, também, grandes melhoramentos.

A morte de Luís Caetano da Luz em 1904 ditaria, definitivamente, o fim do importante ciclo de enobrecimento deste palacete.

Em 1951, por testamento de Isabel Maria da Conceição da Costa Luz, o edifício seria deixado ao Patriarcado de Lisboa, na posse do qual se encontra ainda hoje¹⁴ cessando, assim, a sua função como residência principal da família. A sucessiva ocupação por diversas entidades comerciais iria determinar, também, o fim da sua função habitacional,

vindo a sofrer grandes alterações no seu interior e jardim, como oportunamente analisaremos.



Figura 6 – Quadros da História de Portugal (segundo o Visconde de Coruche), in Elogio Fúnebre do Visconde de Coruche (Ávila, 1906, XVIII).

PRINCIPAIS CAMPANHAS DE OBRAS: DOIS NOTÁVEIS ARQUITECTOS

Situado num espaço que após o grande sismo de 1755 vinha sendo reedificado desde 1780, o actual edifício estava já em construção em 1794, sendo propriedade de José Alves Viana. Tendo como mestre-de obras Manoel Loureiro, estaria concluído em 1797, como confirma a *Décima da Cidade*¹⁵ “com lojas, um andar nobre e águas furtadas”, o que Raquel Henriques da

Silva descreveu como “solução simples para *fazer casa-nobre* na época de D. Maria I [...] Nenhuma inovação essencial, nenhuma afirmação conceptual de novos estilos, apenas a afirmação subjectivizada da vontade de fuga ao despojamento repetido do prospecto da rua que, neste caso de S. Francisco, nunca terá chegado a ser elaborado” (Silva, 1997, I, p. 102-103).

Com a fachada principal orientada a poente, sobre o largo da Academia Nacional de Belas Artes, o *palacete* que hoje podemos observar (Figura 7) resulta das alterações introduzidas na segunda metade do século XIX ao edifício construído em finais de setecentos por José Alves Viana.



Figura 7 – Palacete Pereira da Costa, fachada.

Ele é actualmente composto por piso térreo, andar nobre no 2º piso, e um 3º piso sobre o qual se situa uma mansarda que o acompanha em toda a sua área (Figura 8).



Figura 8 – Palacete Pereira da Costa.

Do projecto inicial setecentista não subsistem já as águas-furtadas referidas na *décima da cidade*, mas apenas o corpo formado pelos dois primeiros pisos, com pilastras nos cunhais, estrutura sobre a qual foram feitas as posteriores reconstruções oitocentistas (3º piso e mansarda).

Na fachada deste corpo abrem-se seis vãos por piso, constituindo os dois vãos centrais o seu eixo de simetria. No piso térreo eles dispõem-se segundo uma composição ABAABA, em que A corresponde a um vão de porta com moldura em cantaria recortada e fecho trabalhado, e B a janelas de peitoril de moldura simples. No andar nobre abrem-se seis janelas de sacada a eixo dos vãos do piso inferior, sacadas essas assentes em mísulas trabalhadas. São, na sua maioria, de sacada individual e cornija recta, à excepção dos dois vãos centrais que, unidos por varanda única de desenho ondulado e cornija curva, reforçam a sua função como eixo de composição da fachada (Figura 9).



Figura 9 – Palacete Pereira da Costa, pormenor dos vãos de sacada do andar nobre.

Uma cornija contínua em cantaria sobrepujada por guarda de ferro contorna todo o edifício, separando este corpo inicial do corpo resultante das alterações introduzidas pelas duas campanhas de obras do século XIX, constituído pelo 3º piso e mansarda.

Como já referimos, as alterações feitas no século XIX ao edifício setecentista seriam projectadas por dois importantes arquitectos: as de 1852-54 assinadas por Giuseppe Cinatti (1808-1879) em colaboração com Achilles Rambois (1810-1882), sendo o projecto de 1877-78 da autoria de Luís Caetano Pedro d'Ávila (1832-1904).¹⁶

A estas juntar-se-iam ainda outras pequenas alterações no século XX, sobretudo no seu interior e jardim, como adiante veremos.

A campanha de 1852-54, realizada por iniciativa de Joaquim Pereira da Costa (1820-1857) naquela que era então a residência da família, foi já anteriormente analisada por alguns investigadores.¹⁷ Quase contemporânea do estudo e projecto para o espaço fronteiro (hoje largo da Academia Nacional de Belas Artes) ela corresponde à vontade do seu proprietário, então vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa de, numa acção concertada, dar um novo aspecto não só à sua residência (procurando um maior enobrecimento para as já *casas nobres* de finais de setecentos), mas

também ao contexto urbano em que ela se insere, mais adequados ao seu estatuto social e ao gosto de uma nova burguesia oitocentista.

O desenho de Cinatti - *Prospecto que pretende acrescentar Joaquim Pereira da Costa em o seu prédio que possui em a rua de S. Francisco da Cidade N. 28 e 29* - então feito para a remodelação da fachada do edifício existente e aprovado em 1852,¹⁸ mostra-nos que as águas furtadas originais mencionadas na *décima da cidade* foram substituídas por um único corpo central constituído por uma grande janela termal ladeada por aletas (Figura 10). Infelizmente não se conhece nenhum outro desenho deste arquitecto para o edifício que nos possa elucidar melhor sobre as alterações que fez na construção setecentista. Ao que parece, este terá sido o seu primeiro projecto de arquitectura¹⁹ segundo Joana Cunha Leal: “no estado actual dos conhecimentos [1996] ele constitui não só a primeira realização concreta de Cinatti no domínio da arquitectura, como, olhado isoladamente o seu risco permite verificar o recurso a um desenho inspirado na sólida herança da arquitectura italiana, onde encontramos, uma vez mais, uma referência explícita a Palladio, quer na citação óbvia do recorte da janela termal, quer na sua composição envolvente “ (Leal, 1996, p. 178-179).

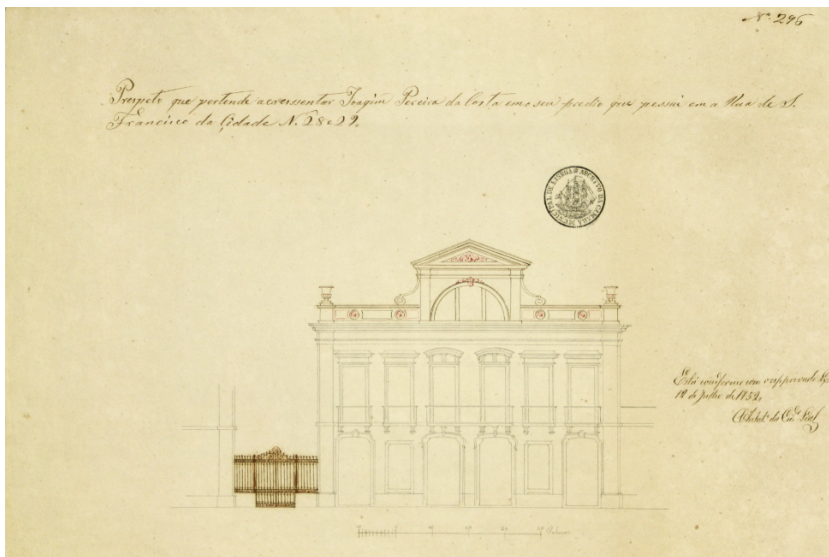


Figura 10 – Palacete Pereira da Costa, projecto de 1852 de Giuseppe Cinatti *Prospecto que pretende acrescentar Joaquim Pereira da Costa em o seu prédio que possui em a Rua de S. Francisco da Cidade N. 28 e 29*. (AML), Arco do Cego, Coleção de prospectos. Prospecto n.º 296, DOCUMENTO PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0218

Cinatti desenvolveria em Portugal uma extensa actividade como cenógrafo, pintor e arquitecto até à sua morte em 1879, actividade essa frequentemente exercida em colaboração com outro italiano, Achilles Rambois (1810-1882), também cenógrafo e decorador de interiores.

Jaime Batalha Reis (1847-1935), genro de Cinatti, no texto de homenagem que lhe dedicou quando da sua morte em 1879,²⁰ deixou-nos um interessante apontamento sobre as características da sua personalidade e obra, bem como da colaboração entre os dois artistas exercida ao longo de quarenta e dois anos. Nele, além de referir as principais diferenças que encontra entre a pintura de Rambois e a de Cinatti,²¹ analisa ainda a obra deste último como arquitecto: “Era sobretudo um cultor da Grecia e um adorador da natureza, querendo os espíritos cheios de logica e os edificios cheios de luz que se reflectisse em linhas sobrias em ornamentações destacadas, produzindo um claro escuro nítido e simples. É esta a qualidade característica que se nota em todos os seus trabalhos de arquitectura”. E completa, referindo em nota de rodapé alguns dos seus trabalhos de arquitectura, nos quais inclui a casa de Pereira da Costa, sem pormenorizar em que consistiu este seu trabalho (Reis, 1879, 41, p. 131, nota 1).

Aprovado o projecto de alteração da fachada em 12 de Julho de 1852,²² ele mereceria de Malaquias Ferreira Leal a observação de “*que muito embleza aquella fachada*”, (Tojal, 2002, p. 61-62).

A intervenção de Cinatti no edificio estender-se-ia também ao seu interior. Sendo um *cultor da Grécia*, como cita Batalha Reis, é provável que se deva ao projecto elaborado em 1852 as grandes colunas de fuste liso e capitéis jónicos que enquadram a escadaria central no já muito alterado átrio de entrada (Figuras 11 e 12).

De Cinatti e Achilles Rambois é a campanha decorativa do seu interior, como ainda hoje podemos observar nas pinturas das salas do andar nobre²³ (Figura 13). Cheias de *edificios notáveis e de efeitos de arquitectura de perspectiva difícil e de natureza idealizada*, remetem-nos para a descrição que Jaime Batalha Reis fez das características do trabalho de Rambois e de Cinatti respectivamente.

Esta campanha decorativa estaria terminada em Julho de 1854, de acordo com um documento de Rambois que, nessa data, refere já os “servicos prestados, dando conta de terem recebido ‘um compenso mensal’ de 30S000 reis, quantia calculada em função do tempo previsto para a sua execução” (Leal, 1996, p. 180).



Figura 11 – Palacete Pereira da Costa, átrio.



Figura 12 – Palacete Pereira da Costa, pormenor dos capitéis do átrio.



Figura 13 – Palacete Pereira da Costa, salão do andar nobre.

O desenho de Cinatti não corresponde ao que podemos hoje observar na fachada. Com efeito, nele não estão representados quer a transformação do piso da janela termal em piso contínuo sobre a primitiva cornija, quer a grande mansarda construída acima deste, o que remete para a existência de uma outra campanha de obras posterior à campanha de 1852-54.

Na consulta que fizemos ao processo de obra referente a este edifício iríamos deparar, então, com um outro projecto de alterações cuja existência

desconhecíamos - e que, como afirmámos no princípio do nosso texto, nos proporcionou um inesperado momento de contacto com Goa - *Projecto de reconstrução que apresenta o visconde de Coruche para a sua propriedade no largo da Bibliotheca Publica nº4 / freguesia dos Martyres*²⁴ (Figura 14). Datado de Fevereiro de 1877, ele poderia ser entendido como uma segunda intervenção de Giuseppe Cinatti (1808-1879), não fosse um pequeno apontamento no canto superior direito do desenho assinado por Pedro d'Ávila (Figura 15), certamente Luís Caetano Pedro d'Ávila. "Architecto honorário de Sua Magestade El Rei, em 1870" iria assinar importantes projectos quer para o Estado, quer para particulares, com uma carreira reconhecida também a nível internacional, como se pode verificar nas *Notas Biographicas* que dele traçou o amigo e colaborador Rosendo Carvalheira (1861-1919) em 1905, um ano após a sua morte (Carvalheira, 1905, p. 35-39).²⁵

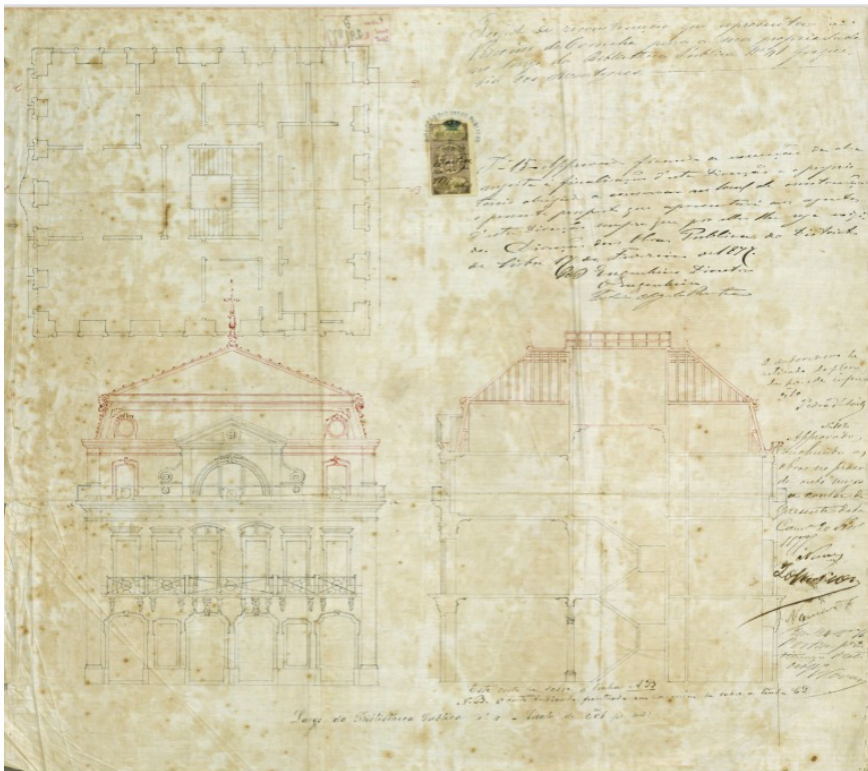


Figura 14 – Palacete Pereira da Costa, projecto de Luís Caetano Pedro d'Ávila (1877). (AML, Obra 46266, Processo 29/1ª REP/PG/1877, Folha 3). PT/AMLSB/CMLSBAH/COPA/001/47995-00035).

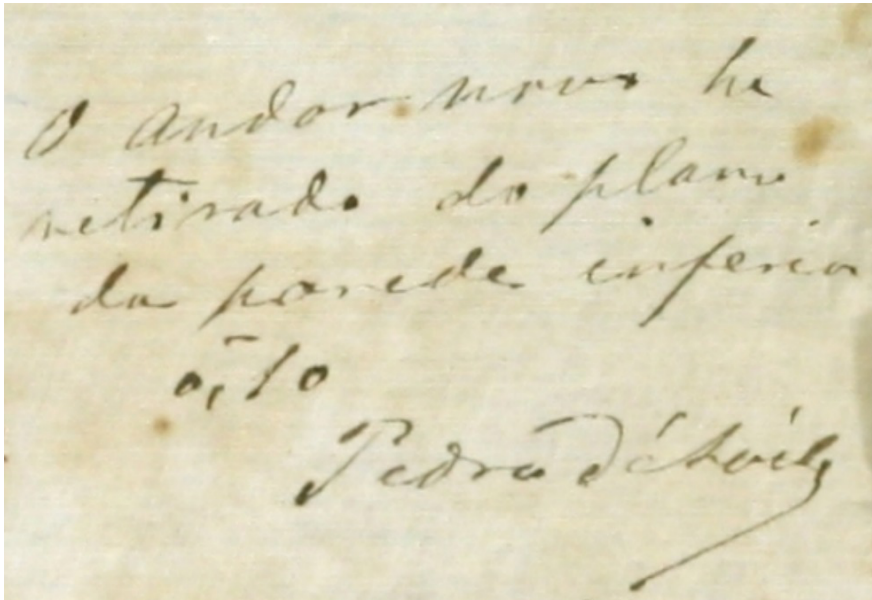


Figura 15 – Palacete Pereira da Costa, pormenor da assinatura de Luís Caetano Pedro d'Ávila (1877).

É precisamente nesta biografia que vamos encontrar a confirmação de Luís Caetano Pedro d'Ávila como autor do projecto desta campanha de obras, facto que parece ter ficado esquecido desde então, sem que o nome deste architecto apareça a ela associado na bibliografia referente ao palacete.

Mencionada como “Reconstrução do Palácio do Sr. Visconde de Coruche em 1878”, a data indicada por Rosendo Carvalheira, corresponderá à sua conclusão, uma vez que o pedido de reconstrução e os despachos de aprovação constantes do desenho são datados respectivamente, de 17 e 20 de Fevereiro de 1877. Neles estão definidas as condições para a sua execução: no primeiro determina-se que “está approvedo ficando a execução da obra sujeita à fiscalização d'esta Direcção [Direcção das Obras Publicas do Distrito de Lisboa] e o proprietário obrigado a conservar no local o presente prospecto que apresentará aos agentes d'esta Direcção sempre que por eles lhe seja exigido”; no segundo, datado do dia 20 do mesmo mês, Frederico Ressano Garcia (1847-1911) estabelece o prazo para a conclusão da obra “Approvedo, concluindo as obras no prazo de oito mezes a contar da presente data. Cam.^a 20 de Fevereiro de 1877”.

A obra não terminaria nos oito meses previstos (até Outubro de 1877) pois ainda no mesmo ano o 1º visconde de Coruche viria a solicitar a

respectiva prorrogação de prazo²⁶ confirmando, assim, a data referida por Rosendo Carvalheira para a sua conclusão.

O projecto de Pedro d'Ávila, do qual constam uma planta, alçado e um corte (AB, feito a meio da planta e no sentido perpendicular à fachada²⁷), todos à escala 1/100, mostram bem como ele se articula com o projecto de Cinatti de 1852 (Figura 10) e esclarece-nos, definitivamente, sobre os autores e cronologia das diferentes campanhas de obras do século XIX.

Analisando os desenhos então realizados (Figura 14), o novo piso e a mansarda apresentam um pé direito menor que os pisos inferiores, como se verifica no corte. Interessante é a já mencionada anotação assinada por Pedro d'Ávila, na qual se refere que “O andar novo he retirado do plano da parede inferior 0,10 m”.

Em cada um dos novos corpos que passam a ladear a grande janela termal do projecto de Cinatti (agora completamente integrada na nova fachada, mantendo o frontão e aletas) é inserido um vão de verga abatida rematada por florão (Figura 16). O novo piso é limitado por duas pilastras em cantaria que, embora semelhantes às que rematam o corpo construído em finais do século XVIII, são mais estreitas denunciando as diferentes fases de construção.

Sobre este piso é então construída uma nova mansarda, na qual se abrem dois óculos circulares de moldura ornamentada. O desenho não é explícito no que diz respeito ao revestimento quer da mansarda (certamente em ardósia, como ainda hoje se verifica), quer da cobertura.

O projecto sugere uma nítida influência francesa, certamente adquirida quando estudou em Paris, e nos contactos que então teve, nomeadamente com Charles Garnier (1825-1898),²⁸ Vamos encontrá-la na mansarda com óculos ornamentados que podemos observar noutras obras suas. Com efeito, estas características foram já salientadas a propósito das alterações que Pedro d'Ávila fez no Palácio Loulé em Belém ou no projecto que terá feito em 1874 para a casa de Eduardo Pinto da Silva no Porto (Nunes, 2006, p. 144).

O projecto realizado por Pedro d'Ávila em 1877 para o 1º visconde de Coruche denota, também, uma certa preocupação em articular a nova construção com o edifício já existente, expressa quer nos pormenores decorativos dos vãos, quer na cornija construída no novo piso, obtida por prolongamento daquela que no desenho de Cinatti separa a janela termal do frontão triangular que a remata (Figura 14).



Figura 16 – Palacete Pereira da Costa, vãos do novo piso e da mansarda, projectados por Pedro d'Ávila.

Se compararmos o projecto de Pedro d'Ávila com a fachada actual (Figura 7), poucas são as alterações existentes – os óculos das mansardas deram origem a vãos que deles conservam apenas o remates circular ornamentado; e o telhado de quatro águas parece também ter sido alterado (muito possivelmente quando, em 1966, foram introduzidos os elevadores

no palacete, obrigando a uma intervenção na cobertura para edificação da casa das máquinas).

Para além da construção de novos pisos aqui documentada, desconhece-se ainda qual a verdadeira dimensão da intervenção que Pedro d'Ávila terá tido no interior da casa, hipoteticamente também como decorador.²⁹

Em 1899 uma petição do 1º visconde de Coruche pedia autorização para a ampliação da *galeria* (Figuras 17 e 18) que, situada no jardim da residência, ainda hoje constitui um importante referencial panorâmico³⁰ - dela se obtém uma perspectiva sobre a parte oriental da cidade, nomeadamente sobre a Colina do Castelo, bem como do Tejo, a sul (Figuras 19 e 20). Esta alteração poderá estar relacionada com a construção, em 1897, do *Elevador de S. Julião*, também denominado *Elevador da Biblioteca*,³¹ por fazer a ligação entre a rua de S. Julião (onde entrava no n.º 13, edifício particular) e o largo da Biblioteca (onde terminava também num n.º 13), propriedade do visconde de Coruche, como se mostra na *Planta de localização do elevador da Biblioteca*³² (Figura 21), a qual nos revela o desenho do jardim do palacete.

Demolido depois de 1926, Joshua Benoliel (1873-1932) deixou-nos uma fotografia datada de 1909 deste elevador³³ (Figura 22).



Figura 17 – Palacete Pereira da Costa, fachada exterior da *galeria*.



Figura 18 – Palacete Pereira da Costa, fachada interior da galeria.



Figura 19 – Palacete Pereira da Costa, panorâmica sobre a Colina do Castelo.



Figura 20 – Palacete Pereira da Costa, panorâmica sobre o Tejo.

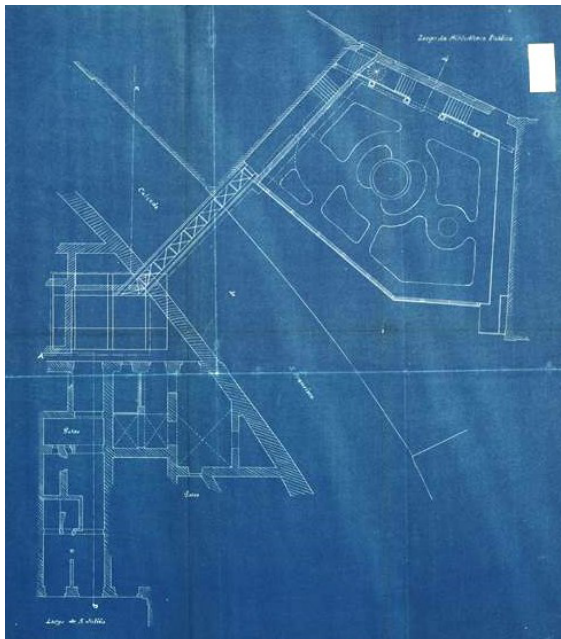


Figura 21 – Palacete Pereira da Costa, planta do traçado do Elevador da Biblioteca (1897). AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/006/00617, fl.1. Disponível em Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/006/00617 ; Página 1 (cm-lisboa.pt).



Figura 22 – *Elevador da Biblioteca* em 1909, fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932).
AML PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JB
Disponível em PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/003528.

O SÉCULO XX. EPÍLOGO DE UMA CASA SENHORIAL

O século XX seria marcado por numerosas alterações que contribuíram para a descaracterização do edifício (sobretudo a nível interno) o que se deveu, em grande parte, às exigências da sua ocupação por actividades comerciais.³⁴

Como anteriormente referimos, em 1951 o palacete seria deixado em testamento ao Patriarcado de Lisboa, na posse do qual se encontra ainda hoje.

Em 1964 era apresentado na Câmara Municipal de Lisboa o *Projecto de parque de estacionamento para as viaturas da Moçambique Comercial, Lt.da no Largo da Biblioteca N.º10, Freg.ª dos Mártires*,³⁵ estacionamento esse que iria ocupar o primitivo jardim, para o que foi necessário abrir um portão no vão central do r/c da *galeria* (Figura 23).

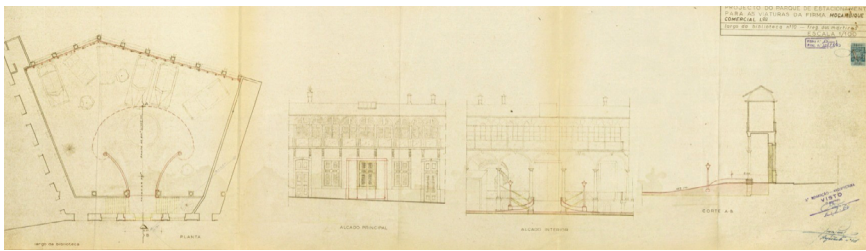


Figura 22 – Palacete Pereira da Costa, Projecto do Parque de Estacionamento
AML, Obra 46266 - Proc 23866-DAG-PG-1967.

Em 1966 a introdução elevadores mudaria radicalmente a fisionomia do átrio e implicaria obras de alteração na cobertura.

Em julho de 1967 o Patriarcado submeteria à Câmara Municipal de Lisboa um ante-projecto para a construção de dois edifícios semelhantes que iria destruir o palacete e ocupar a sua área de estacionamento. O ante-projecto apresentava duas versões em alternativa, remetendo para uma linguagem arquitectónica próxima da dos prospectos pombalinos de reconstrução da cidade³⁶ (Figuras 24 e 25).

Na versão A o primeiro edifício, construído no lugar do palacete, passaria a ter cinco vãos por piso separados por pilastras em cantaria, com varandas de sacada individuais no andar nobre. Sobre este erguiam-se mais três pisos, tendo o penúltimo varanda corrida sobre a cornija, e o último piso em mansarda. O edifício anexo, construído no espaço do estacionamento,

teria características semelhantes ao anterior, apresentando algumas alterações: seis vãos por piso mais estreitos do que os anteriores, não separados por pilastras (no r/c abriam-se apenas três vãos), varanda de sacada contínua no andar nobre, e janelas de peitoril no penúltimo piso.

A versão B difere da versão A por juntar mais um piso ao conjunto, e por o primeiro edifício apresentar apenas varandas de sacada no andar nobre.

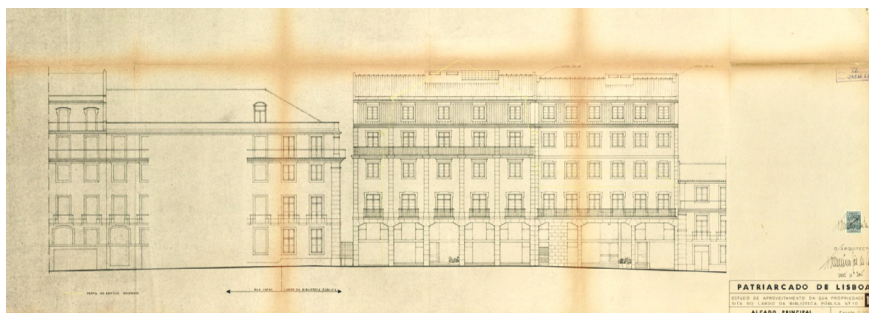


Figura 24 – Palacete Pereira da Costa, Ante-Projecto para construção de dois novos edifícios – versão A (AML - Obra 46266 - Proc 23866-DAG-PG-1967, fl. 56).



Figura 25 – Palacete Pereira da Costa, Ante-Projecto para construção de dois novos edifícios – versão B (AML - Obra 46266 - Proc 23866-DAG-PG-1967, fl. 62). Nas duas versões, cornijas colocadas à mesma cota e com o mesmo perfil ligavam os dois edifícios conferindo uma maior unidade ao conjunto.

Ainda em 1967 a Câmara informaria o proprietário de que o edifício não poderia ter mais de quatro pisos. Em 1968 o Patriarcado apresentaria uma remodelação deste ante-projecto, o qual viria a ser novamente rejeitado pela autarquia por contrariar o *Plano Director*, sendo então arquivado o respectivo processo (Vale et al., 2006).³⁷

O parecer desfavorável da autarquia e conseqüente arquivamento do processo seriam determinantes para a salvaguarda do palacete evitando, em simultâneo, a descaracterização do largo em que se situa, e que a cêrcea do conjunto proposto alterasse o perfil urbano da colina de S. Francisco.

Outras alterações seguir-se-iam nos anos seguintes. Em 1983 seriam fechados os vãos da *galeria* voltados para o largo da Academia. No interior é de salientar, para além da importante campanha decorativa assinada por Lucien Donnat (1929-2013) na década de setenta (e ainda visível em algumas salas), a intervenção que teve lugar em 2004 que remodelou a mansarda e procedeu ao restauro das pinturas da grande sala do piso nobre resultantes da campanha decorativa de 1852-54, assinada por Cinatti e Rambois.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Situado no Chiado, uma das mais notáveis áreas do centro histórico de Lisboa, o *palacete Pereira da Costa*, como ficaria conhecido (ou do *visconde de Coruche*), é representativo da vivência social e do gosto de uma nova aristocracia oitocentista que, emergente de uma burguesia rica e culta, procurou expressar nas suas residências o seu estatuto social.

Às *casas nobres* construídas no final do século XVIII, na sequência da grande reconstrução urbana que o sismo de 1755 implicou, Joaquim Pereira da Costa (1820-1857) e a sua família iniciariam um ciclo de alterações na segunda metade do século XIX que daria origem ao palacete que hoje conhecemos.

Seriam escolhidos, para cada uma delas, arquitectos que nesse período realizavam então os principais projectos de uma elite lisboeta.

Ao edifício setecentista que, embora se integrasse numa matriz pombalina mantinha ainda alguns pormenores barrocos, Giuseppe Cinatti e Achiles Rambois conferiam, na campanha de 1852-54, um sentido romântico expresso na janela termal da mansarda, e no trazer para a decoração do seu interior as cenografias teatrais que então executavam em Lisboa.

Em 1877 Caetano da Silva Luz (-1904), 1º visconde de Pereira e genro de Joaquim Pereira da Costa, empreendia uma nova reformulação do palacete, escolhendo Luís Caetano Pedro d'Ávila, arquitecto em cuja obra é notória uma influência do classicismo francês adquirida na sua passagem por Paris.

Num edifício já por si eclético, o projecto de Cinatti é então perfeitamente integrado no novo projecto de Pedro d'Ávila que, tendo passado despercebido desde esse período, esclarece-nos agora definitivamente sobre a autoria e cronologia das diferentes campanhas de obras.

A evolução do edifício ao longo do século XIX e o ciclo de enobrecimento que o transformaria em *palacete*, correspondem às características salientadas por Helder Carita para esta nova tipologia: “o palacete representa, assim, um novo espírito empreendedor de uma elite burguesa, que se expande em áreas tão diferenciadas como a indústria, a banca ou comércio [...] o classicismo herdado de setecentos vai evoluir para um ecletismo que se manifesta de uma forma mais elegante” (Carita, 2015, p. 521 e 530).

Deixando de estar na posse da família em 1951, o século XX traria o fim da sua função habitacional, e de uma *Casa Senhorial* que pertencente a uma nova aristocracia, pontuara a vida económica e cultural não só de Lisboa, mas também a nível nacional.

Razões de rentabilidade económica iniciariam um “período de desafectos” no qual se previa mesmo a demolição do palacete, não fosse a decisão da autarquia de arquivar em 1968 o ante-projecto então apresentado, decisão essa que iria ditar a sua salvaguarda.

Embora as alterações do século XX tenham adulterado em parte o edifício, o *palacete Pereira da Costa* é ainda hoje um importante testemunho de uma sociedade que marcou a vida da Lisboa oitocentista e, como tal, deverá ser preservado para memória da cidade.

PARTE II

OS INTERIORES DA CASA E O GOSTO DE UMA ÉLITE OITOCENTISTA

Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara

Universidade Aberta

CHAIA (Centro de História de Arte da Universidade de Évora)

agagodacamara@sapo.pt

Vivendo numa forte relação com os símbolos de prestígio e de hierarquia social presentes em cada época, a casa senhorial é ainda nas suas diferentes formas um testemunho das transformações que a sociedade e o gosto vão assumindo ao longo dos séculos. Na sua estética e busca do belo, ela é também afirmação de aspirações mais profundas que revelam o Homem face ao Mundo e a Natureza.

A casa senhorial em Portugal (Carita; Cardoso, 2015, p. 16).

São atualmente determinantes na evolução da historiografia da arte portuguesa, o estudo dos ambientes decorativos, sintomáticos da época da sua realização³⁸ e que evoluem em consonância com o clima social que representam e, evidentemente com o entendimento que progressivamente estabelecem com o próprio espaço arquitetónico.

No seguimento da abordagem tratada na primeira parte do texto, centramo-nos agora no espaço interior³⁹ do palacete Pereira da Costa, um espaço nobilitado, que como contactámos sofreu significativas transformações ao longo dos séculos XVIII, XIX e início do século XX.

Torna-se particularmente importante, neste âmbito, destacar a relação que se estabelece entre a arquitetura e a decoração, como sabemos, sempre na lógica de distribuição orgânica do espaço da habitação nobre, embora seja difícil entrever no edifício atual todas as pré-existências anteriores.

Neste contexto seguiremos uma leitura sequencial dos diferentes espaços.

Um dos apontamentos decorativos mais antigos da casa, encontra-se na cave, como constatámos e já referimos. Uma estrutura construtiva de matriz pombalina pré-existente com cobertura de abóbada de arestas, e sobre arcos de volta perfeita em alvenaria. Parte dos revestimentos das

paredes que aqui se encontram são constituídos por azulejos pombalinos policromados que datam cronologicamente este interior (Figura 26).



Figura 26 – Cave de acesso interno com o revestimento de paredes em azulejo policromo pombalino. © Alexandra Trindade Gago da Câmara.

Trata-se de um núcleo muito possivelmente proveniente da oficina de Lisboa (Fábrica do Rato), datado entre os anos 60 e 70 do século XVIII.

A imensa e variada produção seriada deste período implicou o seu uso alargado por várias décadas e em várias dependências da casa, sejam elas corredores, cozinhas, jardins, ou zonas mais secundárias como é este o exemplo.

Com bastante liberdade decorativa, estes azulejos (alguns truncados) apresentam um motivo diagonal, representando o elemento central com florão e cercadura de encadeamentos com efeitos de tridimensionalidade. Constitui uma trama em diagonal e reticulada policroma de grande impacto decorativo, uma das principais características da padronagem pombalina.

Na entrada do edifício apercebemo-nos de imediato das grandes transformações realizadas, a começar pelo vestíbulo com pavimento em mármore branco e negro, pautado por quadro colunas jónicas sobre um plinto, duas das quais adossadas. O interior da casa organiza-se em torno do corredor central e escadaria, hoje um vão desvirtuado pela inserção mais recente da caixa do elevador.

Subindo a escadaria de acesso ao andar nobre, deparamo-nos com a grande sala voltada para a fachada posterior, disfrutando-se de uma magnífica e icónica vista sobre o rio Tejo (Figura 27).

O espaço segue o gosto e o modelo de decoração dos meados do século XIX, muito provavelmente realizada nos finais dos anos 50 da centúria, coincidente como o enobrecimento da fachada, e do projeto de Giuseppe Luigi Cinatti (1808-1879).

A decoração manifesta-se aqui nos diferentes suportes artísticos designadamente pela pintura decorativa e estuques simulando mármore, que permitem envolver e integrar os tetos e as paredes numa decoração transfiguradora do próprio espaço, criando ilusões óticas e, construindo cenários.⁴⁰ As várias salas contíguas receberam decoração total e integrada nos tetos e paredes: frisos de elementos vegetalistas, barras verticais ornamentadas, laçarias e reservas ovais, entre outros.

A campanha decorativa está atribuída aos pintores –decoradores da Lisboa oitocentista: Cinatti (1808-1879), Rambois, (1810-1882)⁴¹ e Pereira Cão (1841-1921), então o mais jovem colaborador, sendo difícil individualizar ou particularizar o trabalho de cada um. Sabemos que os dois conhecidos mestres italianos, assumiram um papel destacadíssimo na Lisboa da Regeneração, onde trabalhavam como cenógrafos para o Teatro de São Carlos, satisfazendo encomendas da burguesia emergente que deste modo

sublinhava o seu *status* social ao transformar antigos palácios ou construir novos palacetes nesta zona da capital (Leal, 2014, p. 217).



Figura 27 – Entrada. Vestíbulo com pavimento em mármore branco e negro com quatro colunas jónicas sobre plinto. © Alexandra Trindade Gago da Câmara.

Este grupo de pintores e arquitectos-decoradores trabalhou em muitos interiores decorativos, assumindo simultaneamente a capacidade de

realização de projetos, como também da produção artística em estudos de ornato e perspectiva, de que o palacete Pereira da Costa representa um significativo exemplo.

Puderam assim satisfazer múltiplas encomendas da elite oitocentista, incluindo as da família real, e os inúmeros palacetes neoclássicos então projetados e revestidos da indispensável clareza decorativa na cidade. O avanço do gosto neoclássico patente na capital pontuava, deste modo, os interiores dos espaços anunciando sensibilidades diversas num processo complexo marcado por avanços e recuos (Carita, 2015, p. 465).

Encontramos nesta sala principal da casa – a sala de receção – um ambiente festivo, destacando-se o carácter arquitetónico da decoração, combinando os mármore com o branco, as molduras douradas, e os frisos preenchidos por parras a branco sobre fundo dourado (Figura 28).

A sala estrutura-se de forma coerente, articulando sabiamente o desenho do teto com as paredes, num todo de grande equilíbrio estético. Nesta busca de unidade destacam-se as quatro janelas, voltadas sobre o tardo com as suas molduras, repetindo-se os ritmos simetricamente no lado oposto.

Neste seu interior, o foco de atenção centra-se no conjunto de seis pinturas de paisagem inscritas nas cartelas a dourado. Dado o sensível efeito cenográfico da pintura que aqui encontramos – que poderia servir como o pano de fundo no Teatro de São Carlos – é possível atribuí-las à mão de Cinatti pela sua experiência no domínio da cenografia.

Idealizações da natureza, estas panorâmicas valorizam o efeito de profundidade e têm uma dimensão ambiental, não dispensado a referência à figuração humana.⁴²

Nesta galeria de reservas despontam imagens sem grande preocupação de fidelidade. Constituem instantes pontuados pela recolha de elementos arquitetónicos com citações diversas, representando respetivamente tipologias arquitetónicas: igreja, convento, solar e palácio (Figuras 29 a 31).

Uma intenção romântica está plasticamente representada na montanha e no rochedo cobertos por uma luminosidade dramática (Figura 32). É nesta decoração pictórica que paulatinamente se afirmam os valores de requinte e sofisticação desta casa. Importa salientar que esta produção da pintura mural, realizada pelos pintores de ornato, de que é exemplo Cinatti, como já referimos, revela uma cuidada adequação ao espaço arquitetónico.



Figura 28 – Piso nobre. Sala principal. Perspetiva geral.
© Alexandra Trindade Gago da Câmara.



Figura 29 – Pormenores da pintura do teto. Medalhões.
© Alexandra Trindade Gago da Câmara.



Figura 30 – Pormenores da pintura do teto. Medalhões.
© Alexandra Trindade Gago da Câmara.



Figura 31 – Pormenores da pintura do teto. Medalhões.
© Alexandra Trindade Gago da Câmara.



Figura 32 – Detalhes da pintura de paisagem. © Alexandra Trindade Gago da Câmara.

A restante composição da sala é preenchida por reticulado de rosetas destacadas sobre fundo dourado. Aparentamos por este interior, que esta sala estaria reservada ao convívio de saraus e encontros onde seguramente sobressaía o papel da mulher na sociedade.

O programa decorativo segue numa sala contígua, com uma decoração em molduras e remates a dourados e um teto decorado por estuques e pintura decorativa, imitando estuques dourados sobressaindo sobre fundo branco.

Ao centro, um medalhão é preenchido por ornamento composto de motivos florais e vegetalistas, de onde pende um grande candelabro dourado.

Nos eixos em redor distribuem-se medalhões semicirculares contendo motivos fitomórficos, na sequência dos quais se dispõem quatro cartelas ovaladas preenchidas por putti representando as Quatro Estações (Figura 33).

Noutra das salas, a atenção recai no teto com pintura ornamental, de novo fingindo decoração em estuques sobressaindo de fundo verde, formando grelha com motivos fitomórficos enquadrando cartelas, onde animais fantásticos se misturam com enrolamentos vegetalistas (Figura 34).

As portas que ligam estas sucessivas dependências são rematadas por friso e cornija douradas (Figura 35).



Figura 33 – Detalhes em estuque das cartelas ovaladas preenchidos por *putti* representando as Quatro Estações © Alexandra Trindade Gago da Câmara.



Figura 34 – Pormenor do teto. Pintura ornamental. © Alexandra Trindade Gago da Câmara.



Figura 35 – Porta. Detalhe do enquadramento decorativo. Sobreporta.
© Alexandra Trindade Gago da Câmara.

Em todas as salas do andar nobre, nos pavimentos do chão são utilizados os *parquets* artísticos, com decoração cuidada. Não nos podemos esquecer que as diferentes peças móveis tais como o mobiliário, os tecidos, os lustres, os espelhos e os relógios vestiam e compunham estes interiores “à moda” proporcionando conforto⁴³ e uma decoração sobreabundante.

Em todo o conjunto do piso nobre são várias as semelhanças que depa-ramos noutras encomendas realizadas por estes pintores –decoradores, que circulavam entre diferentes sítios. Os mesmos modelos sucedem-se quer na organização dos espaços, quer no repertório ornamental.

São disso exemplo a designada sala particular da Rainha ou do Renascimento do Palácio das Necessidades, com as placas de estuque imitando mármore em tons de branco (Figura 36).

Encontramos a mesma decoração de frisos de parras e folhagens de carvalho e louro como os símbolos da perenidade, na sala das sessões no Palácio Palmela (Figura 37), e, a semelhança com a pintura ornamental do teto do palacete Alves Machado à rua do Salitre⁴⁴ é bastante evidente (Figura 38).

Esta decoração através de um repositório de pilastras, frisos, molduras, e pequenos medalhões distribui-se pelos tetos e paredes em estruturas geometrizadas, procurando uma melhor integração com a modulação arquitetónica das superfícies e ritmos, proporcionando deste modo, a introdução nestes interiores de uma tónica mais atualizada, leve e harmoniosa.

As restantes dependências e salas apresentam uma decoração datada da década de 70 do século passado onde se destacam revestimentos em alcatifa e madeira.

Distingue-se deste conjunto, a sala localizada no lado direito da fachada principal com uma decoração integral de madeiras provenientes de Moçambique, decorações que se devem às obras realizadas quando da instalação neste edifício da Companhia Moçambique Comercial nos anos 60 do século XX.

Por fim, verificamos que todas as dependências desta casa acolhem o aparato, e a intimidade, em conformidade com as novidades da vivência oitocentista, que privilegia cada vez mais o conforto procurando assim, neste contexto, distinguir e racionalizar os espaços em função de novas sociabilidades emergentes.

Ao longo do século XIX assiste-se, deste modo, a uma forma de privatização do lazer e à dinamização de formas de sociabilidade realizados no espaço

da casa, traduzidas em amplos espaços de circulação. Esta elite da Lisboa da Regeneração materializa, na decoração das suas habitações, o retrato de uma época, e um gosto, onde se reflete a sociologia de um tempo (Leal, 2014).



Figura 36 – Sala particular do Bilhar ou dos Mármore do Palácio das Necessidades, Pormenor das placas de estuque imitando mármore em tons de branco encimada por grupo de *putti* pintado. © Palácio das Necessidades. Lisboa, By the Book.



Figura 37 – Palácio Palmela. Sala das Sessões. Perspetiva geral.
© Procuradoria Geral da República: Palácio Palmela.



Figura 38 – Pormenor da pintura do teto do Palacete Alves Machado.
Atribuído pintor Pereira Cão. © Miguel Montez Leal.

O conjunto destas salas perfazem, assim, um circuito, entre elas, num contínuo de estilos e épocas, onde certamente cada uma teria uma função específica.

Hoje em dia, este conjunto é um espaço de trabalho, sem mobiliário de época, constituem os gabinetes do Grupo Entrepasto – Gestão e Participações (SGPS), que arrenda o edifício ao Patriarcado de Lisboa.

Em síntese, torna-se indiscutível a ideia de que a casa nobre é sempre e naturalmente, um organismo vivo, um espaço de contaminações e de características pessoais promovidas por quem a habita. A casa é também a melhor expressão para a delimitação, apropriação e utilização dos espaços de modo a exprimirem, por vezes de forma subtil todas as gradações da hierarquia social, denotando o nível de riqueza e a importância social dos seus proprietários (Carita, 2015).

A leitura da casa nobre passa, assim, invariavelmente pela conjugação do estudo do edifício, da sua construção e inserção urbana⁴⁵ com as respetivas dinâmicas e coerências de distribuição e decoração dos espaços interiores.

É neste exemplo, decisiva a perceção do interior, um indicador de época da sua construção, permitindo entender o clima social que representa e,

como é evidente, a relação que gradualmente se foi gerando com o próprio espaço arquitetónico.

A família Pereira da Costa, viscondes de Coruche, assim como os sucessivos proprietários marcaram importantes transformações na casa, que requerem a continuidade de um estudo mais aprofundado, visando descodificar em detalhe os seus programas distributivos originais e as suas posteriores modificações.

Na abordagem do exemplo apresentado, apercebemo-nos em sentido amplo e alargado das suas várias dimensões e contextos, tais como: a análise arquitetónica, procurando entender as transformações do edifício, e a sua introdução e contextualização urbana, a decoração interior dos espaços de representação e aparato, os aspetos relacionados com o gosto, e a função social dos seus proprietários, nunca esquecendo e descurando em muitos exemplos, não sendo este o caso, uma análise da cultura material do espaço doméstico destas elites pelo levantamento e estudo das suas coleções e recheio.

São assim, deste modo, diferentes as escalas e dimensões dos espaços de habitar durante este período, traduzidos numa imagem de gosto (ou gostos) e ideais artísticos que sublinhavam e realçavam a função social e cultural destes ambientes.

A construção do edifício, as suas sucessivas transformações; a decoração dos diferentes espaços interiores, mais íntimos ou mais sociais onde se incluiu evidentemente a dimensão sensorial – aos quais arquitetos-decoradores, pintores, estucadores entre outros⁴⁶, tiveram que prestar atenção para atender às encomendas dos seus proprietários – são os indicadores e os propósitos deste viver social oitocentista.

Concluindo, no edifício que hoje conhecemos e visitámos, em resultado da leitura possível sobre a articulação dos seus diferentes espaços arquitetónicos, tornaram-se evidentes neste primeiro e sucinto levantamento, as faseadas obras de decoração integradas e que obedeceram e seguiram seguramente um programa do gosto e a uma encomenda artística diferenciada dos seus proprietários.

ANEXO

Notas biographicas de Luís Pedro D'ávila segundo Rosendo Carvalho

Habilitações científicas e artísticas

- Diploma de Engenharia Militar de Goa (diploma d'Engenheiro)
- Diploma da Escola Politechnica de Lisboa
- Estudos de architectura na Escola Imperial de Bellas Artes de Paris (p. 38)

Títulos honoríficos

- Architecto honorário de Sua Magestade El Rei, em 1870
- Academico de mérito da academial real das Bellas Artes de Lisboa em 1869
- Membro correspondente da Sociedade Central dos Architectos Francezes de Paris em 1868
- Membro correspondente da Sociedade Archeologica de Paris em 1868
- Conselheiro honorário da Sociedade dos Architectos do norte de França (Lille) em 1873
- Membro correspondente da Sociedade Academica d'Architectura de Lyon em 1889
- Membro correspondente da Sociedade Geographica de Paris
- Membro da Sociedade Vasco da Gama (Índia) em 1873
- Membro correspondente da Sociedade de Indo-China em 1872
- Membro do Comité Permanent des Congrès Internationaux des Architectes
- Membro protecteur de l'Art Publique em 1898 (Belgique)

Agraciado

- Em 1867 com o habito de Christo, por causa do projecto da Camara Municipal de Lisboa;
- Em 1870 com a commenda de Isabel a Catholica, pelos seus trabalhos architectonicos na Exposição Internacional de Madrid
- Com a commenda de Christo em 1879;
- Em 1889 com as palmas de Official da Academia de França, proposto pelo director da mesma Academia.
- Official de Instrucção Publica de França (Palmas de Ouro) em 1898, proposto por Mr. Charles Garnier, membro do conselho superior de Instrucção Publica
- Com a comenda da ordem da corôa de Itália em 1879

Projectos feitos e executados para o governo

- Palácio da Exposição Agrícola na Tapada Real d'Ajuda em 1882
- Asylo de Nossa Senhora da Conceição, ao Rato em 1883
- Escola Industrial Marquez de Pombal em 1884
- Oficinas anexas á Escola Marquez de Pombal em 1892
- 2 chalets para a fiscalizaçã d'Alfandega no Aterro
- Grande projecto para o Instituto Industrial e Commercial de Lisboa (aprovado)
- Projecto do anexo da Escola Polytechnica de Lisboa (aprovado)
- Projecto da Real Academia de Bellas Artes de Lisboa (aprovado)
- Projecto de reconstrução da camara dos deputados
- Projecto do anexo da Escola Marquez de Pombal (aprovado)
- Escola Industrial Affonso Domingues, executado em 1893

Varias construções para a Companhia Edificadora Portugueza e para particulares

- Creche de Victor Manuel para S. Magestade a rainha d. Maria Pia em 1873;
- Chalet de tiro aos pombos na Tapada Real d'Ajuda;
- Palacete do Sr. Duque de Loulé, em Cascaes em 1872;
- Reconstrução do palácio em Belem, do mesmo sr. Duque;
- Palacio da sr.^a condessa de Geraz de Lima em 1875;
- Palacetes dos filhos da sr.^a condessa de Geraz de Lima;
- **Reconstrução do Palacio do Sr. visconde de Coruche em 1878;**
- Reconstrução do Palacio do Sr. visconde de Falcarreira em 1878;
- Palacete estylo Louis XIII do sr. Luiz Xavier da Silva, no Lumiar 1873;
- Cottage em Lousa do sr. Xavier da Silva 1872;
- Palacete estylo renaissance do sr. Edmond Plantier;
- Palacete do sr. conde d'Alte em Alemquer;
- Obras no chalet de Sua Magestade a Rainha d. Maria Pia, no Estoril 1890; (p. 39)
- 3 palacios estylo Luiz XIII no Porto em 1874, dos srs. Soares, F. d'Azev.^o S.^a e Ed.^o da S.^a;
- Projectos de palacio para o sr. conde de Burnay em 1881;
- Chalet do sr. commendador Dantas, no Porto 1874;
- Palacete estylo renaissance do sr. conselheiro Daniel Tavares 1897;
- Grande propriedade na Gollegã do sr. Bonacho em 1873;
- Igreja em Vizeu do sr. conselheiro Thomaz Ribeiro;
- Igreja na Figueira da Foz do sr. conde de Valenças;
- Igreja em Pendariz do sr. Henrique Peinador;

- Palacio do sr. conde de Nova Gôa em 1872;
- Cerca de 69 construções pela Companhia Edificadora;
- Premiado no Congresso Internacional – Igreja de S. Torquato, em Guimarães.

Cargos Publicos

- Foi official de Artilharia do Exercito da India;
- Foi nomeado architecto das Obras Publicas em 1864;
- Delegado do Governo Portuguez nos congressos internacionais de 1889, 1897, 1900 e 1904, onde assistiu sempre como vice-presidente d'honra. Julho de 1905 R.C.

CARVALHEIRA, Rozendo. Luiz Caetano Pedro d'Avila. In: *Anuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes*. Lisboa: Typographia do Commercio, Ano I, pp. 37-39, 1905.

BREVE CRONOLOGIA

Século XVI – No local onde se situa o actual palacete terá existido o palácio de Martim Afonso de Sousa (1500-1564), governador da Índia entre 1542 e 1545. Mais tarde seria habitado pelo cardeal d. Henrique (1512-1580), nele se realizando as Cortes de 1579.

Século XVIII – O palácio terá sido propriedade dos condes de Vimieiro.

1794 – Início da construção de um novo edifício, na sequência do processo de reconstrução da cidade que o grande sismo de 1755 implicou.

1797 – Ano em que o novo edifício está já concluído e habitado, com lojas, andar nobre e águas furtadas.

1834, c. – Provável data da sua aquisição por José Bento de Araújo (?-1844).

1844 – Por morte de José Bento de Araújo a propriedade é herdada pelo sobrinho Joaquim Pereira da Costa (1820-1857) que num documento as cita como *casas nobres da rua de S. Francisco*, as quais viria a transformar no palacete-residência da família.

1852 – Joaquim Pereira da Costa submete à Câmara Municipal um projecto de alterações da autoria de Giuseppe Cinatti (1808-1879): construção de uma mansarda com janela termal, e campanha decorativa no interior, esta em colaboração com Achilles Rambois (1810-1882). No mesmo período começava a ser delineado o largo fronteiro (hoje largo da Academia Nacional de Belas Artes).

1854 – Data provável de conclusão do projecto de remodelação do palacete.

1855 – Início da formação/desenvolvimento da grande biblioteca de Joaquim Pereira da Costa.

1857 – Morte de Joaquim Pereira da Costa, tendo então Sebastião José Ribeiro de Sá, director da *Revista Universal Lisbonense*, escrito um texto em sua homenagem. O palacete seria herdado pelo filho, também chamado Joaquim Pereira da Costa (1848-1876), feito 1º visconde de Pereira nesse mesmo ano em reconhecimento dos serviços prestados pelo seu pai.

1873 – No dia 3 de Abril (e dias seguintes) seria leiloado o espólio da grande biblioteca.

1876 – Por morte do 1º visconde de Pereira (1849-1876) o palacete e outros bens passam para a irmã, casada com Caetano da Silva Luz (1842-1904), feito 1º visconde de Coruche neste mesmo ano. Também neste ano a *Real Associação Central de Agricultura Portuguesa* organiza a Exposição

Portuguesa para a Exposição de Filadelfia, com a colaboração do visconde de Coruche, de Jaime Batalha Reis (genro de Cinatti) e de Manuel José Ribeiro. **1877/1878** – É realizado um projecto de alterações da autoria de Luís Caetano Pedro d'Ávila (1832?-1904) que transforma em piso contínuo a mansarda projectada por Cinatti, acrescentando também ao edifício um novo piso em mansarda.

1879 – Morte de Giuseppe Cinatti, tendo então Jaime Batalha Reis (1847-1935), seu genro, publicado na revista *O Occidente* uma pequena biografia sua, na qual revela interessantes pormenores da sua personalidade, actividade e colaboração com Achilles Rambois.

1897 – É construído o *Elevador de S. Julião*, também conhecido por *Elevador da Biblioteca Pública*, primeiro elevador vertical de Lisboa, da autoria de Raul Mesnier de Ponsard (1849-1914). Ligando o Município à Biblioteca Pública, o elevador tinha um dos seus dois acessos no jardim do palacete.

1899 – O 1º visconde de Coruche submete à Câmara Municipal um pedido para alargamento da *galeria* panorâmica sita no jardim do palacete.

1904 – Morte do 1º visconde de Coruche, Luís Caetano da Silva Luz, tendo Arthur Lobo de Ávila (1856-1945), conhecido jornalista e autor, traçado a sua biografia em 1905 numa conferência na *Real Associação Central de Agricultura Portuguesa* (Ávila 1906). Com a morte do 1º visconde encerrava-se o importante ciclo de enobrecimento do palacete.

Morte, também neste ano, de Luís Caetano Pedro d'Ávila (1832?-1904). O seu colega e amigo Rosendo Carvalheira (1861-1919) dedicou-lhe, em 1905, um texto de homenagem no *Anuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, no qual traça a sua biografia e o refere como autor da *reconstrução do Palácio* do visconde de Coruche em 1878 (Carvalheira 1905, em *Anexo*).

1951 – Isabel Maria da Conceição da Costa Luz deixa, em testamento, ao Patriarcado de Lisboa o palacete, na posse do qual se encontra ainda hoje.

1964 – É apresentado na Câmara Municipal de Lisboa o projecto para o parque de estacionamento a construir no sítio do jardim, para o que foi necessário abrir um portão no vão central do r/c da *galeria*.

1966 – São introduzidos dois elevadores no átrio, o que implicou obras de alteração na cobertura.

1967 – O Patriarcado de Lisboa apresenta na Câmara Municipal um ante-projecto (com duas versões em alternativa) para a construção de dois edifícios semelhantes de elevada cêrcea, projecto da autoria de Francisco

de Castro, no qual seria destruído o palacete e ocupada a zona do parque de estacionamento.

1968 – Apresentada uma reformulação do ante-projecto anterior ele seria, no entanto, arquivado pela Câmara Municipal por não estar de acordo com o *Plano Director*.

1970, década – Redecoração (ainda visível) de alguns espaços no interior do palacete pelo decorador Lucien Donnat (1929-2013).

1983 – São executadas obras clandestinas que fechariam os vãos da *galeria*, à excepção do portão de acesso ao estacionamento, o que se mantém ainda hoje.

1993 – O palacete é integrado na Zona de Protecção do Convento de S. Francisco da Cidade (Decreto 45/93, DR 1ª Série B, nº 280 de 30 Novembro de 1993).

2004 – Remodelação no interior da mansarda e de alguns espaços noutros pisos, e recuperação das pinturas de Cinatti e de Rambois na grande sala do piso nobre.

2012 – O palacete é integrado no Conjunto de Interesse Público da Lisboa Pombalina (Portaria 740-DV/2012, DR 2ª Série, nº 248 de 24 de Dezembro).

BIBLIOGRAFIA

Acrónimos e abreviaturas

AHTC – Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

AML – Arquivo Municipal de Lisboa

Fontes documentais

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC).

- *Livros da Décima da Cidade*, Freguesia dos Mártires. Arruamentos. L.º 741 (Silva 1997, 102 n71).

Arquivo Municipal de Lisboa (AML):

- AML-AC, *Colecção de prospectos*. Prospecto n.º 296.

Disponível em: DOCUMENTO PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0218

- AML-AC, Inf MFL, 12/Jul/1852.

- AML, Obra 46266, Processo 29/1ª REP/PG/1877, Folha 3, Largo da Biblioteca Pública 7 a 13 - PT/AMLSB/CMLSBAH/COPA/001/47995-00035.

- AML, Obra 46266, Proc.º 65//PG/1877.

PT/AMLSB/CMLSBAH/COPA/001/47995-00035

- AML, Obra 46266 - Proc.º 10778-DAG-PG-1956 - Folha 15.

- AML - Obra 46266 - Proc.º 23866-DAG-PG-1967 - Folhas 56 e 62.

- AML, Obra 46266, Proc.º n.º35392.

- AML PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JB

Disponível em: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/003528

- AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/006/00617, fl.1.

Disponível em Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/006/00617; Página 1 (cm-lisboa.pt)

Fontes impressas

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez & latino*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1720.

Estudos e Obras de Referência

ÁVILA, Arthur Lobo d'. *Elogio histórico do visconde de Coruche, Caetano da Silva Luz*. Lido na sessão solemne de 12 de Abril de 1905, na Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, 1906.

BENTO, Heraldo. *Um olhar sobre Coruche: factos e curiosidades, vivências*. Coruche: Câmara Municipal; Museu Municipal, 2003.

BRAGA, Pedro Bebiano. A explosão ornamental nos ambientes decorativos do período romântico: o mobiliário e o interior doméstico. In: VASCONCELOS E SOUSA, Gonçalo. *Matrizes de investigação em artes decorativas V*. Porto: Universidade Católica Editora, 2015. p. 175-201.

BRAGA, Sofia Ferreira. *Pintura mural neoclássica em Lisboa*. Cyrillo Volkmar Machado no Palácio do Duque de Lafões e Pombeiro-Belas. Lisboa: Scribe, 2012.

CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da; COELHO, Teresa Campos. Quinta Alegre. Uma quinta de veraneio nos arredores de Lisboa. In: CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da; COELHO, Teresa Campos. *Coleção Património*. Vol. II. Lisboa: SCML, 2018. p. 11-48.

CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da; COELHO, Teresa Campos. Novos usos para lugares de memória: história e património artístico da Quinta Alegre entre os séculos XVIII a XXI. In: SOARES, Clara Moura; MARIZ, Vera. *Dinâmicas do património artístico. Circulação, transformações e diálogos*. Lisboa: ARTIS, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018. p 251-258.

CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da; COELHO, Teresa Campos. Manuel Telles da Silva (1641-1709) e um gosto erudito pela arquitetura de setecentos. Sociabilidades, vivências e espaços de habitar. In: CONGRESSO A CASA NOBRE, UM PATRIMÓNIO PARA O FUTURO, 5. 2020, Arcos de Valdevez. *Congresso [...]*. Arcos de Valdevez, 2020. p. 841-858.

CARITA, Helder; CARDOSO, António Homem. (fotog). *A casa senhorial em Portugal*. Modelos. Tipologias. Programas internos e equipamentos. Alfragide: LeYa, 2015.

CARVALHEIRA, Rozendo. Luiz Caetano Pedro d'Avila. In: *Anuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes*. Lisboa: Typographia do Commercio, Ano I, 1905. p. 35-39.

CATALOGO DOS LIVROS antigos, raros e classicos que compõem a magnifica e mui conhecida livraria do fallecido Ex.mo Joaquim Pereira da Costa hoje pertencente a seu filho o ex.mo sr, Visconde de Pereira e que por intervenção do agente Casimiro C. da Cunha hão de ser vendidos em leilão no dia 3 de abril de 1873 e dias seguintes [...] no palacio no largo da Bibliotheca publica...., Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

COSTA, Joaquim Pereira da. *Exposição Offerecida ao Publico por Joaquim Pereira da Costa em refutação das arguições que lhe tem dirigido na imprensa o sr. António Joaquim Pereira da Costa*. Lisboa: Typographia da Revista Universal, 1853.

ELIAS, Margarida de Moura. *Columbano no seu tempo (1857-1929)*. 2011. Tese (Doutorado em História da Arte Contemporânea) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.

ELIAS, Margarida de Moura. Palacetes em Lisboa entre o século XIX e o início do século XX. Âmbito e contextos sociais culturais e artísticos. *Artis On - Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras*, Lisboa, n. 13, p. 62-73, 2022.

FRANÇA, José-Augusto. *A arte em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Bertrand, 1990.

FRANCO, Carlos. *Casas das elites de Lisboa*. Objectos, interiores e vivências 1750-1830. 2015.

FRANÇA, José-Augusto. História da arte em Portugal. O pombalismo e o romantismo. Lisboa: Editorial Presença, 2004. v. 5.

GRUBER, Alain. *L'art decoratif en Europe*. Du neoclassicisme à l'art deco. Paris: Citadelles & Mazenod, 1994.

Ilustração Portuguesa. Por encostas e ladeiras. *Jornal O Século*, Lisboa, n. 155, p. 165-167, 8 de fevereiro, 1909.

LEAL, Joana Esteves da Cunha. *Giuseppe Cinatti (1808-1879): percurso e obra*. 1996. Dissertação (Mestrado em História da Arte) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996.

LEAL, Miguel Nuno Santos Montez. Cinatti Rambois e Pereira Cão e a pintura-decorativa do palácio Angeja-Palmela no Paço do Lumiar. *Espacio, Tiempo y Forma*, [s. l.], v. VII, t. 18-19, p. 195-207, 2005-2006.

LEAL, Miguel Nuno Santos Montez. A pintura a fresco entre dois séculos: Pereira Cão (1841-1921) e a pintura decorativa em Portugal. 2007. Tese (Mestrado em História da Arte Contemporânea) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007.

LEAL, Miguel Nuno Santos Montez. O ressurgimento da pintura decorativa nos interiores palacianos lisboetas: da regeneração às vésperas da república (1851-1910). 2014. Tese (Doutorado em História da Arte Contemporânea) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.

LISBOA, Maria Helena. *Os engenheiros em Lisboa: urbanismo e arquitectura (1850-1930)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

LUIS PEDRO DE AVILA. eViterbo (unl.pt) Luis Pedro. Lisboa. Disponível em: https://eviterbo.fcsh.unl.pt/wiki/Luis_Pedro_de_Avila. Acesso em: 24 nov. 2023.

MATTOSO, José. *História da vida privada em Portugal*. A época contemporânea. Lisboa: Unidade Industrial da Maia, 2011.

MUSEU DE LISBOA. Elevador da Biblioteca, o primeiro elevador público vertical ao ar livre de Lisboa. *Museu de Lisboa*, Lisboa, 12 de Janeiro de 2021. Boletim. Notícias. Peça em destaque.

NUNES, Maria Helena Duarte Souto. *O engenheiro-militar e arquitecto Luís Caetano Pedro d'Ávila (183[2?]-1904) : a condição profissional e as práticas do métier*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências da Arte [História da Arte]) - Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa, 2006.

Pelúcia, Alexandra Maria Pinheiro. 2007. Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: a elite dirigente do Império Português nos reinados de D. João III e D. Sebastião, Tese de Doutoramento em História (História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

PEREIRA, João Manuel Esteves. *Portugal Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico e Numismático*. [S. l.]: Edições João Romano, 1907.

PROENÇA, Raul. Guia de Portugal. Lisboa: [s. n.], 1924.

REIS, Jaime Batalha. "José Cinatti". O ocidente. *Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, Lisboa, ano 2, v. II, n. 40-41, 1879.

SÁ, S. J. Ribeiro de. *À memória de Joaquim Pereira da Costa*. Lisboa: Impr. União Typ, 1857.

SILVA, Raquel Henriques da. *Lisboa romântica, urbanismo e arquitectura: 1777-1874*. 1997. Tese (Doutorado em História de Arte) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1977.

TOJAL, Alexandre A. *Malaquias Ferreira Leal, arquiteto da cidade na primeira metade de oitocentos: o exercício do poder regulador sobre a arquitetura privada em Lisboa*. 2002. Dissertação (Mestrado em História da Arte) - Universidade Lusíada, Lisboa, 2002.

VALE, Teresa et al. *Palacete Pereira da Costa*. n.º IPA PT031106200595. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Inventário do Património Arquitetónico, Lisboa, 2006. Disponível em: www.monumentos.pt. Acesso em: jan. 2023.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil: bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960.

Webgrafia

www.monumentos.pt

<https://acasasenhorial.org>

AGRADECIMENTOS

As autoras queiram expressar um agradecimento a todos os que contribuíram para a realização da sua investigação:

À organização do VII Congresso Internacional *A Casa Senhorial Portugal, Brasil & Goa* (Instituto História da Arte da Universidade Nova de Lisboa e Fundação Rui Barbosa do Rio de Janeiro), em especial ao Arquitecto Rui Carita que com o seu conhecimento da Índia nos proporcionou uma inesquecível viagem de trabalho;

À Fundação Oriente e a todos os que em Goa gentilmente nos receberam e abriram as suas casas;

À Câmara Municipal de Lisboa, em especial aos técnicos Alexandra Nunes, Vasco Silva Brito e Estela Casanovas do Departamento Cultural - Divisão do Arquivo Municipal que nos ajudaram na nossa pesquisa;

Ao Entreposto Comercial, em especial ao Dr. Miguel Félix António e Ângela Azevedo que nos receberam e acompanharam na visita ao palacete.

NOTAS

- 1 A autora não utiliza o acordo ortográfico.
- 2 A autora não utiliza o acordo ortográfico.
- 3 Toponímia atribuída em 1982 em virtude de, actualmente, se situar no antigo Convento de S. Francisco esta academia. Antes do sismo de 1755 e até à formação do largo fronteiro em meados do século XIX, o local onde se situa o palacete era designado por rua de S. Francisco. Posteriormente, e ainda antes da actual toponímia, foi designado por Largo da Biblioteca Pública por nele ter existido a biblioteca homónima (instalada também no mesmo convento) até à sua transferência para o Campo Grande (actual Biblioteca Nacional).
- 4 No mesmo palácio terá vivido o cardeal d. Henrique (1512-1580), e nele se realizaram as Cortes de 1579; no século XVIII, eram seus proprietários os condes de Vimieiro. Sobre Martim Afonso de Sousa veja-se a tese de Alexandra Pelúcia (2007).
- 5 Para a recuperação da sua memória e obra foi determinante a tese de doutoramento de Maria Helena Duarte Souto Nunes sobre este arquitecto (Nunes 2006).
- 6 Sublinhado nosso. Já referimos que, inicialmente, o local era conhecido por rua de S. Francisco.
- 7 Embora haja a possibilidade de que, tanto a Quinta Alegre como a Herdade da Palha, tenham sido adquiridas ainda antes desta data.
- 8 Sabemos, por uma descrição da *Charneca* feita em 1864 no *Archivo Pittoresco*, que a Quinta Alegre terá sido muito “melhorada e aformoseada” por Joaquim Pereira da Costa (Câmara e Coelho, 2018, p. 27). Ao sobrinho António, Bento de Araújo deixava as propriedades de “além-Tejo” que o testador possuísse à data da sua morte, embora a Quinta Grande em Coruche apareça, mais tarde, como propriedade de Joaquim Pereira da Costa (Costa, 1853, p. 2).
- 9 A cultura clássica parece ter sido um dos interesses de Joaquim Pereira da Costa, como atesta o elogio que lhe foi feito quando da sua morte em 1857, pelo director da *Revista Universal Lisbonense*, Sebastião José Ribeiro de Sá: “O Palacio de S. Francisco, a riquíssima e talvez única biblioteca classica particular, que elle ali formou, com tanto cuidado e esmero, são as provas do modo como entendia, que a riqueza devia sempre ser produtiva a bem do próximo, até quando se despendia nas commodidades da existência” (Sá, 1857, II,7). A biblioteca, constituída por edições raras maioritariamente compradas em 1855 na venda da livraria do dr. Rego Abranches, passaria para o seu filho e viria, por sua vez, a ser leiloada em 1873, no “palacio no largo da Bibliotheca publica”. In: *Catalogo dos livros antigos, raros e classicos que compõem a magnifica e mui conhecida livraria do fallecido Ex.mo Joaquim Pereira da Costa hoje pertencente a seu filho o ex.mo sr, Visconde de Pereira e que por intervenção do agente Casimiro C. da Cunha hão de ser vendidos em leilão no dia 3 de abril de 1873 e dias seguintes... no palacio no largo da Bibliotheca publica.....* Lisboa: Imprensa Nacional, 1873. Em 1904 seria colocado no largo, não uma estátua de Minerva como tinha sugerido Joaquim Pereira da Costa, mas um busto do 2º visconde de Valmor, Fausto Guedes Queiroz (1837-1898), da autoria de Teixeira Lopes (1866-1942).

- 10 Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, o título foi-lhe concedido por d. Pedro V, em 8 de Novembro de 1857. In: *Nobreza de Portugal* [...] (Zuquete 1960, III;123), em que se transcreve também uma biografia sua.
- 11 Arthur Lobo de Ávila (1856-1945), conhecido jornalista e autor, traçaria a sua biografia em 1905, um ano após a sua morte, numa conferência proferida na *Real Associação Central da Agricultura Portuguesa* (Ávila 1906). Veja-se, também, *Nobreza de Portugal...*, ob. cit. (Zuquete 1960, II, 542-543).
- 12 Arthur Lobo d'Ávila salientou ainda, entre outros, os seguintes aspectos: curso feito no Instituto Geral de Agricultura, tendo sido laureado por João d'Andrade Corvo, Silvestre Bernardo Lima e Ferreira Lapa; desenho do primeiro plano do parque do Campo Grande; fundação, em 1866, da *Revista Agrícola* em colaboração com Jaime Batalha Reis, José Maria Dantas Pimenta e Luís Augusto de Carvalho; no âmbito do ensino da História para a Infância, criou e desenhou pequenas biografias dos Reis de Portugal (Figure 6) acompanhadas com quadros alusivos aos feitos dos seus reinados (Ávila, 1906, XI, XIII, XV).
- 13 Título concedido por Decreto de 16 de Novembro de 1876.
- 14 Agradecemos esta informação ao cónego Nuno Cordeiro, vigário-geral do Patriarcado de Lisboa.
- 15 Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC). *Livros da Décima da Cidade*, Freguesia dos Mártires. Arruamentos. L^o 741 (Silva 1997, 102 n71).
- 16 Para o estudo destes dois arquitectos veja-se, em especial, a dissertação de mestrado de Joana Esteves da Cunha Leal *Cinatti (1808-1879): Percurso e Obra* (Leal 1996), e a já citada tese de doutoramento de Maria Helena Duarte Souto Nunes *O engenheiro-militar e arquitecto Luís Caetano Pedro d'Ávila (183[2?]-1904) : a condição profissional e as práticas do métier* (Nunes, 2006).
- 17 Joana Cunha Leal (Leal 1996, I:178-181, II:Figs.119-120); Raquel Henriques da Silva (Silva 1997, I: 101-104, II Fig.35, 1-3); Alexandre A. Tojal (Tojal 2002, 61-62, anexo 33).
- 18 Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Arco do Cego, *Colecção de prospectos*. Prospecto n^o 296, já referido e analisado nas obras e autores acima citados. Disponível em DOCUMENTO PT/AMLSB/CMLSB/GE/023/0218.
- 19 No mesmo largo, Cinatti assinaria ainda o projecto do Palácio Iglésias (Leal, 1996, p. 164-178).
- 20 Artigo citado por Joana da Cunha Leal (1996, p. 178).
- 21 “Não se pôde distinguir bem nas obras dos dois artistas associados o que é d'um e o que é d'outro. Talvez possa dizer-se que Achilles Rambois era principalmente nas scenas de teatro, o desenhador dos edifícios notáveis, dos efeitos de arquitectura, das sabias construcções d'uma perspectiva tantas vezes difficil e sempre perfeitamente realisada. Mas José Cinatti era sobre tudo o idealizador da natureza, o paisagista, o creador das grandes florestas, das arvores poderosas, dos horizontes, infinitos, dos lagos transparentes, dos mares distanciados e serenos, dos céus extraordinariamente luminosos, cheios de nuvens fantásticas e desmanchadas; era elle o que animava toda a natureza com os tons ardentes d'um colorido vigorosissimo, o que iluminava com a pulverisação do sol tropical as scenas da India ou

- da Africa, o que acendia nas moitas faiscentes das flores a luz intensa das pétalas vermelhas; era elle o que dava a frescura aos chalets saboyanos ou suissos na encosta das serras por onde cahiam, rodeadas de abetos pyramidaes e enevoados, as torrentes dos Alpes; e era elle ainda que enchia de encanto mysterioso e terrível as noites azuladas dos paizes phantásticos onde a mancenilheira, sobre as rochas negras e desoladas, adormece os infelizes!" (Reis, 1879, nº41, p. 131-132). Jaime Batalha Reis, para além de jornalista e escritor, distinguiu-se como agrónomo colaborando frequentemente em importantes trabalhos de Agronomia com Caetano da Silva Luz (1842-1904), 1º visconde de Coruche, também ele agrónomo, proprietário do palacete em estudo desde 1876.
- 22 AML-AC, Inf MFL, 12/Jul/1852. Parecer de Malaquias Ferreira Leal.
- 23 Sobre este assunto remetemos para o texto de Alexandra Gago da Câmara.
- 24 AML, Obra 46266, Processo 29/1ª REP/PG/1877, Folha 3, Largo da Biblioteca Pública 7 a 13 - PT/AMLSB/CMLSB/BAH/COPA/001/47995-00035.
- 25 Não cabendo aqui a descrição de toda a obra deste architecto, deixamos apenas um pequeno apontamento sobre a sua biografia. Nascido em Paroda, Goa, Luís Caetano Pedro d'Ávila iniciaria os seus estudos em engenharia na Escola Mathemática e Militar de Pangim, os quais viria a terminar em 1864 na Escola Politécnica de Lisboa. Neste mesmo ano ingressaria, como architecto de 3ª classe, no recém-formado Quadro do Corpo de Architectos do Ministério de Obras Públicas, Comércio e Industria. Em 1866 matricular-se-ia no curso de Architectura da École Impériale des Beaux Arts de Paris, cidade onde permaneceu até ao ano seguinte, e onde frequentou o atelier Paccard-André, e colaborou com Charles Garnier (1825.1898). Regressado a Portugal desenvolveria, até à data da sua morte em 1904, uma notável actividade (reconhecida também no estrangeiro). Nomeado Architecto honorário de Sua Magestade El Rei em 1870, essa actividade seria praticada quer no âmbito da esfera privada (trabalhando, frequentemente em colaboração com a Companhia Edificadora Portuguesa), quer no âmbito de encomendas por parte do Estado. Entre estas destacamos: o Palácio da *Exposição Agrícola de 1882* na Tapada Real da Ajuda e, por especial incumbência da Rainha D. Maria Pia (1847-1911), a Creche Vitor Manuel (1873), a ornamentação das festividades do casamento do então príncipe D. Carlos com D. Amélia (1886), bem como o projecto do Chalet Ulrich no Monte Estoril (1890), este último em colaboração com o seu amigo e colega Rosendo Carvalheira (1861-1919). Para a sua biografia remetemos, uma vez mais, para a tese de Maria Helena Duarte Souto Nunes (Nunes 2006), bem como para as *Notas Biográficas* (que transcrevemos em Anexo) compostas por Rosendo Carvalheira (Carvalheira 1905), artigo amplamente citado nesta tese.
- 26 AML, Obra 46266, Proc.º 65//PG/1877.
- 27 O desenho tem ainda a referência a um outro corte, feito a vermelho e a ponteadado, correspondente à linha CD, representada na planta paralela à linha AB. O mau estado do desenho não permite uma leitura correcta deste corte.
- 28 Ingressando em 1866 na École Impériale des Beaux-Arts. Veja-se (Nunes 2006, 79-127).
- 29 *Architecto Real* desde 1870, viria a ser nomeado por d. Maria Pia responsável pela ornamentação das festas de casamento do infante d. Carlos com D. Amélia em 1886 (o papel de *armador* das festas reais foi, ao longo dos séculos, também desempenhado algumas vezes pelos architectos reais, como a documentação nos tem vindo a demonstrar). Podemos admitir que esta sua actividade como decorador/

armador era já praticada havia alguns anos. Aquilo que se conhece das sucessivas intervenções sofridas no palacete remete para a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre as diferentes campanhas, nomeadamente no que diz respeito a técnicas e materiais.

30 AML, Obra 46266, Processo nº35392.

31 O historial deste elevador pode ser lido no *Boletim do Museu de Lisboa* de 12 de Janeiro de 2021 (Museu de Lisboa, 2021), disponível em Elevador da Biblioteca, o primeiro elevador público vertical ao ar livre de Lisboa (Museu de Lisboa). Dele extraímos o seguinte trecho: “Inaugurado a 12 de janeiro de 1897, o Elevador da Biblioteca (também conhecido por Elevador de São Julião, ou Elevador do Município) foi o primeiro elevador público vertical ao ar livre de Lisboa, constituindo assim um primeiro ensaio para o famoso Elevador de Santa Justa, construído pouco depois e inaugurado em 1901. Até essa data, só existia um elevador público vertical – o do Chiado, inaugurado em 1892 –, mas estava incluído dentro de um prédio. O seu projeto foi da autoria do engenheiro Raul Mesnier de Ponsard (1849-1914) [...] era integralmente vertical e fazia uso de duas torres paralelas, unidas no topo por uma plataforma gradeada, da qual se obtinha uma panorâmica deslumbrante sobre parte dos telhados da Baixa Pombalina [...] No Largo de São Julião, para se aceder ao equipamento, era preciso entrar numa casa privada (n.º 13); e o mesmo acontecia no topo, ao chegar ao largo da Academia Nacional de Belas Artes, onde era necessário passar pelo terraço do Palácio do Visconde de Coruche (também n.º 13) A 28 de janeiro de 1908, o elevador foi palco de uma intentona republicana comandada por Afonso Costa (1871-1937). A estratégia passava por eliminar João Franco (1855-1929)”. Notícia dele temos também no artigo “Por Encostas e Ladeiras” da *Ilustração Portuguesa* de 8 de Fevereiro de 1909 (*Ilustração Portuguesa* 1909, 155:167-168), e em (Lisboa, 2002, 216).

32 AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/006/00617, fl.1. Disponível em Documento PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/006/00617 ; Página 1 (cm-lisboa.pt).

33 AML PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JB Disponível em PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/003528.

34 Entre 1943 e 1969 instalou-se no 1º andar do nº 10 a Companhia Moçambique Comercial, enquanto em 1966, o r/c era ocupado pela firma Miguel Rodrigues e Martins Lda. Em 1983 todo o edifício seria arrendado ao Empreendimento Comercial SARL, que actualmente ainda o ocupa.

35 AML, Obra 46266 – Proc.º 10778-DAG-PG-1956 – Folha 15.

36 Da autoria de Francisco de Castro, *Patriarcado de Lisboa. Estudo para o aproveitamento da sua propriedade sita no Largo da Biblioteca Pública nº 10*, AML, Obra 46266 – Proc.º 23866-DAG-PG-1967 – Folhas 56 e 62, respectivamente.

37 O edifício encontra-se actualmente inserido na classificação da *Lisboa Pombalina* (CIP – Conjunto de Interesse Público, Portaria 740-DV/2012, DR 2ª Série, nº 248 de 24 de Dezembro) e, parcialmente, na *Zona de Protecção do Convento de S. Francisco da Cidade* (Decreto 45/93, DR 1ª Série B, nº 280 de 30 Novembro de 1993).

38 Na segunda metade de Oitocentos o gosto pelo interior doméstico pautou-se por diferentes variantes e dimensões revivalistas e ecléticas, materializado nas artes decorativas deste período, referindo-se à *envelope arquitetural*. Veja-se o contexto internacional (Thornton, 1986).

- 39 O programa decorativo deste espaço não se encontra estudado, e por isso apresentamos um primeiro levantamento partindo de leituras comparadas, e trabalhos já realizados que nos situam nos modos de habitar da elite oitocentista (Leal, 1997), e no ressurgimento e gosto pela pintura decorativa (Leal, 2007).
- 40 Espaços em que se concentram diferentes suportes artísticos e diferentes materiais usados, realçando-se a ideia muito comum na decoração da época – o fingimento. Os mármore e os estuques são fingidos.
- 41 A vinda de dois arquitectos de origem italiana, e também pintores decoradores, como Rambois e Cinatti, na década de 30 do século XIX, marca o segundo momento fundamental da pintura decorativa em Portugal, e na continuação de uma linhagem de gerações. Atraídos pelo momento de maior estabilidade política e financeira, que o país atravessava, é aqui que vão concretizar a maior parte da sua obra e dos seus percursos. Cenógrafos do Teatro de São Carlos, vão ser os arquitectos das casas de grande parte da elite portuguesa de meados do século XIX, e também os decoradores de grande parte dos seus interiores. As suas concepções espaciais, a sua experiência nos décors dos teatros, vai ser transposta para muitos dos palácios e palacetes que desenham à italiana, num gosto italiano ou italianizado. (Leal 2005-2006, 195-207)
- 42 Encontramos na designada sala rosa do Palácio Nacional da Ajuda, cuja autoria é atribuída ao trabalho de Cinatti, muitas semelhanças como esta tipologia de medalhões e respetiva figuração.
- 43 Já a partir do início do século XVIII, a ideia de prazer, associada ao conforto – como busca de sensações agradáveis – tornaram-se componentes essenciais e constante da sociedade. Segundo o historiador Paul Hazard (2020), a sensação permite então ao indivíduo tomar consciência da existência do mundo que o rodeia, tornando-se a sua preocupação central. Nos espaços interiores, esta nova relação de proximidade entre o homem sensível e as paredes, os móveis ou os objetos de decoração faz-se sentir através das interrogações sobre o lugar do prazer sensorial na distribuição, no mobiliário e na ornamentação.
- 44 As pinturas decorativas do seu interior, devem-se ao trabalho do experimentado pintor Pereira Cão, que ali concebeu quase um catálogo de salas de diferentes estilos (Leal, 2015, p. 136).
- 45 Um dos núcleos mais significativos construídos na capital depois de 1850 situa-se especificamente na área do Chiado, considerada em sentido amplo. Verifica-se a continuidade de relevância desta zona, enunciada com as suas construções, os palacetes e com sucessivas e qualificadas intervenções urbanísticas. (Silva, 1997, p. 493).
- 46 Todo o trabalho de direção dos diferentes artistas e artífices inseridos no projeto decorativo, era, muitas vezes entregue a um armador, no caso de uma clientela mais exigente, sendo esta figura da maior importância na decoração dos interiores deste período (Braga, 2013, p. 177).